



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

IAGO SERGIO DE CASTRO FARIAS

**Formação de Enfermeiras e Enfermeiros de Instituições Públicas da Amazônia
Brasileira sobre Saúde da População Negra**

BELÉM - PA

2023

IAGO SERGIO DE CASTRO FARIAS

**Formação de Enfermeiras e Enfermeiros de Instituições Públicas da Amazônia
Brasileira sobre Saúde da População Negra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem. Área de concentração: Enfermagem no Contexto Amazônico. Linha de pesquisa: Educação, Formação e Gestão para a práxis do Cuidado em Saúde e Enfermagem no Contexto Amazônico.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nádile Juliane Costa de Castro

BELÉM - PA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA DA OBRA ELABORADA PELO AUTOR

De Castro Farias, Iago Sergio.

Formação de Enfermeiras e Enfermeiros de Instituições Públicas da Amazônia Brasileira sobre Saúde da População Negra / Iago Sergio De Castro Farias. - 2023

79 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Pará. Programa de Mestrado Em Enfermagem, Belém, 2023.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Nadile Juliane Costa de Castro.

1. Negro ou Afro-americano. 2. Educação em Enfermagem. 3. Saúde das Minorias Étnicas. 4. Racismo. 5. Enfermeiros e Enfermeiras. I. Costa de Castro, Prof^a. Dr^a. Nadile Juliane . II. Título.

IAGO SERGIO DE CASTRO FARIAS

**Formação de Enfermeiras e Enfermeiros de Instituições Públicas da Amazônia
Brasileira sobre Saúde da População Negra**

Trabalho apresentado em ___/___/___ sob a supervisão da Banca Avaliadora:

Prof. Dr^a. Nadile Juliane Costa de Castro/Orientadora (UFPA)

Prof. Dr^a. Andressa Tavares Parente /Avaliadora Interna (UFPA)

Prof. Dr^a. Isabel Rosa Cabral/Avaliadora Externa (UFPA)

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a toda população negra, indígena e originária, em todos os âmbitos e espaços da sociedade. Nosso aquilombamento e fortalecimento tem feito girar as engrenagens da decolonização da sociedade, e surgir, mesmo que ainda a passos lentos, um futuro de inclusão, onde nos sentimos pertencentes e importantes.

A nós, comemoro a escrita deste estudo, a nós, ofereço os resultados deste estudo, a nós, vibro o sucesso e futuro negro e forte.

Emicida já dizia “Tudo que nós tem é nós”!

AGRADECIMENTO

O percurso até aqui foi árduo, passar pelos caminhos do mestrado vivenciando um burnout, ansiedade, depressão e diversas outras barreiras que surgiram no caminho tornaram esta vitória ainda mais significativa.

Gostaria de iniciar esses agradecimentos dedicando este trabalho a Deus, meus Caboclos e meu Orixá, a quem rege minha cabeça, guia meus pés, abre meus caminhos, me orienta na tortuosa estrada e me dá a graça de alcançar meus sonhos. A eles eu sou eternamente grato por toda força e proteção no caminho até aqui!

Sem o meu Àse acredito que eu não teria conseguido, tantas foram as barreiras que surgiram no caminho, e mesmo quando estive distante, meu Orixá me deu a mão e me colocou na direção novamente, sou grato a luz que me guia.

Agradeço aqui a minha mãe, a todo esforço para que eu tivesse o melhor da educação e pudesse trilhar caminhos que ainda nem imaginávamos, mas que surgiram e me levariam longe, aqui estou eu e ela ao meu lado, sendo minha maior parceira, melhor amiga, meu porto seguro para todas as horas.

Agradeço a minha irmã, meu pai, minhas avós e avó, minhas tias e toda minha família, por toda a força, apoio, motivação, engajamento e vibração com cada vitória e passo dado por mim, a eles eu sou também eternamente grato.

E o que seria da vida sem os amigos, aqueles que também são nosso porto seguro, aqueles que sempre nos estendem as mãos em todo momento, que nos apoiam, que nos fortalecem. Agradeço a Lorena, Dionísio e Marley por dividirem comigo as suas forças quando eu achei que não teria mais, compartilhamos em muitos aspectos nossa vida, e esse apoio mútuo e forte me fez estar aqui hoje.

Agradeço a minha maninha Carol Carvalho, por todas as conversas, todo apoio, todos esses anos em que fomos o braço forte que sustentava reciprocamente, perto ou distante pelas demandas do trabalho, sempre estivemos juntos e nos fortalecendo, e a minha amiga Glenda Quemel, por toda existência e força da nossa ligação, do nosso cuidado, da nossa proteção mútua, dos nossos puxões de orelha a vibração de cada vitória, reciprocamente sendo força, luz e energia.

Agradeço ao meu anjo e amigo Felipe Valino, que no primeiro momento em que imaginei entrar para o mestrado, me ajudou na elaboração de um projeto de pesquisa, me deu dicas sobre os cuidados, a escrita, a entrevista e me acalmou sobre o processo, além de todo carinho, cuidado e parceria que temos, tem sido meu laço ainda mais nesse tempo recente.

Agradeço aos meus amigos da Catu, do Éden, do Cebolitos, ao meu trio Carol Leão e Nathalia Cantuária, por todos os desabafos e carinhos que nos demos desde que nos conhecemos e em todo esse processo do mestrado, são minhas forças que me levaram até aqui. Ao meu trio Caramujo, que em pouco tempo de amizade já se tornaram meus suportes, obrigado por todo amor, carinho e cuidado, e por segurarem muitas barras minhas, como no dia da minha entrevista para o mestrado que fiz num consultório do hospital em que eu também trabalhava, elas seguraram meu setor para que eu pudesse fazer tudo com calma e tem sido minhas aliadas nesse crescimento desde então.

Agradeço a Ricardo Saldanha, Elizabeth Sá, Fabrício Nogueira, Wesley Matheus, Pablo Henrique, Pedro Mota e todos os amigos mais próximos por todo apoio nesse processo e suporte emocional. Agradeço também em especial Eliza Paixão, que além de ser uma amiga maravilhosa, que me apoiou demais e me deu suporte em todos esses momentos desde que nos conhecemos, ainda foi a luz que me ajudou a comprar o novo notebook quando já no fim da escrita e correções, meu notebook parou de funcionar e me deixou desesperado. Amo de todo meu coração todos vocês.

Agradeço aos amigos e irmãos que a enfermagem me deu, e todas as oportunidades, agradeço a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem - ENEEnf, as gestões 2016 a 2019 do CAEnf UFPA, a LACIGS+, ao GEDIVERSA, e ao Projeto Amazônidas por serem motivadores e fortalecedores dessa caminhada.

Agradeço à minha orientadora Dra. Nádile de Castro, que em meio a todos os problemas que enfrentei na construção desta dissertação foi acolhedora, paciente, incentivadora, e soube lidar comigo e com os processos difíceis que passei. Sem sua ajuda, suporte e apoio, não estaria entregando essa pesquisa e saindo ainda mais fortalecido desse processo.

A professora mestre Nazaré Lima, agradeço o incentivo das primeiras escritas, criações de projeto e movimentos e inspiração em volta da saúde da população negra.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim, por não desistir mesmo nos momentos em que achei que não era capaz, que esse não era meu espaço e lugar, não tinha competência para estar no mestrado e que desacreditei da minha escrita e luta. A depressão nos apaga, entristece, diminui e inferioriza, sair desse ciclo de martirização é muito difícil, seguir em frente quase sempre não é algo que nos vem à mente, imaginar-se alcançando espaços e muitas vezes negado pela nossa mente. Luzes como estes citados acima são forças para em meio a escuridão se encontrar, fortalecer, acreditar e seguir. Sou grato a todas as luzes do meu caminho.

Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!

(Frantz Fanon)

RESUMO

Os processos de exclusão da população negra na sociedade partem das raízes escravocratas do Brasil, baseadas em teorias de embranquecimento populacional e superioridade racial, por meio de uma falsa democracia racial, promovem entraves no acesso à educação e saúde da população negra, e como essa exclusão interfere institucionalmente na formação em saúde sobre a população negra e no acesso a essa formação. Objetivo: Este estudo tem por objetivo compreender como se estrutura a construção do conhecimento e formação em enfermagem sobre saúde da população negra na Amazônia. Método: É um estudo documental que parte da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de Enfermagem nas universidades públicas da região Norte. O estudo teve como base teórica os pressupostos da teoria histórico social de Vygotsky e os conceitos de educação transformadora de Bell Hooks, sob análise temática de acordo com Bardin. Resultados: No total foram analisados 12 PPCs, identificados 10 atividades curriculares, sendo 04 sobre populações negras e 06 projetos de extensão e pesquisa sobre o tema. Dos achados emergiram quatro eixos temáticos: “Formação e saúde na Amazônia”, “Tripé Educacional e Influência na formação Complementar”, Ações Afirmativas e o Paradigma da Educação Superior” e “Racismo Científico e Estrutural no Processo Educacional”. Considerações finais: Há déficits na formação em saúde em todo o tripé universitário, demonstrado pela baixa produção, projetos e ausência nos PPCs sendo necessário reformular os PPCs para que se possa oferecer uma formação e assistência à saúde de fato equânime e integral.

Descritores: Negro ou afro-americano; Educação em Enfermagem, Saúde das Minorias Étnicas; Racismo; Enfermeiros e Enfermeiras; Preconceito.

ABSTRACT

The processes of exclusion of the black population in society stem from Brazil's slaveholding roots, based on theories of population whitening and racial superiority. Through a false racial democracy, these theories obstruct the access of the black population to education and health. This study aims to understand how this exclusion institutionally affects health training about the black population and access to this training. Objective: This research aims to understand the construction of knowledge and nursing training regarding the health of the black population in the Amazon. Method: It is a documentary study based on the analysis of Pedagogical Political Projects of Nursing courses in public universities in the North region. The study was theoretically based on Vygotsky's historical-social theory and Bell Hooks' concepts of transformative education, under thematic analysis according to Bardin. Results: In total, 12 PPPs were analyzed, identifying 10 curricular activities, of which 04 were about black populations and 06 were extension and research projects on the subject. From the findings, four thematic axes emerged: "Training and Health in the Amazon," "Educational Triad and Influence on Complementary Training," "Affirmative Actions and the Paradigm of Higher Education," and "Scientific and Structural Racism in the Educational Process." Final Considerations: There are deficits in health training across the entire university triad, demonstrated by low production, projects, and absence in PPPs. It is necessary to reformulate the PPPs to provide genuinely equitable and comprehensive health training and care.

Keywords: Black or African American; Nursing Education; Health of Ethnic Minorities; Racism; Nurses; Prejudice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
CNE	Conselho Nacional de Educação
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
DCNERER	Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
PPC	Projeto Pedagógico de Curso

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE QUADROS	13
1. INTRODUÇÃO	14
3. JUSTIFICATIVA:	20
4. REFERENCIAL CONCEITUAL:	24
4.1. RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL	24
4.2. SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA	28
4.3. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA:	29
5. REFERENCIAL TEÓRICO:	32
5.1. A TEORIA HISTÓRICO-SOCIAL DE VYGOTSKY E A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE:	32
6. METODOLOGIA:	35
6.1. TIPO DE ESTUDO	35
6.2. CENÁRIO DE ESTUDO	37
6.3.1. INCLUSÃO	38
6.4. ANÁLISE DOS DADOS	39
6.5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	39
6.6. METAS	40
7. RESULTADOS	41
8. DISCUSSÕES	54
8.1. FORMAÇÃO E SAÚDE NA AMAZÔNIA	54
8.2. TRIPÉ EDUCACIONAL E INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO COMPLEMENTAR ..	57
8.3. AÇÕES AFIRMATIVAS E O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	59
8.4. RACISMO CIENTÍFICO E ESTRUTURAL NO PROCESSO EDUCACIONAL	62
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	65
REFERÊNCIAS:	67
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA GRADE CURRICULAR	77

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Fluxograma dos artigos encontrados nas bases de dados**22**
- Figura 2** - Quantidade de Projetos de Extensão sobre Saúde da População Negra em Instituição Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região norte do Brasil**46**
- Figura 3** - Quantidade de Projetos de pesquisa sobre Saúde da População Negra em Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil**48**
- Figura 4** - Ações Afirmativas para permanência nas IES na região Norte. Belém, Pará, Brasil**52**
- Figura 5** - Presença de cotas nas IES da região Norte**53**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Tabela com os números de artigos encontrados em cada base de dados**22**
- Quadro 2** - Instituições de Ensino Superior Federal e Estadual por Unidade da Federação da Região Norte**41**
- Quadro 3** - Duração do Curso (em semestres) e a presença da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em Projetos Pedagógicos de Curso de Enfermagem ofertados por Instituições de Ensino Superior federais e estaduais na região Norte do Brasil**43**
- Quadro 4** - Atividades curriculares envolvendo saúde da população negra, quilombola, povos originários e outras populações tradicionais em Projetos Político Pedagógicos de cursos de Enfermagem ofertados por Instituições de Ensino Superior federais e estaduais na região Norte do Brasil**45**
- Quadro 5** - Descrição dos projetos de extensão universitária voltados à Saúde da População Negra em Instituições de Ensino Superior federais e estaduais que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil**46**
- Quadro 6** - Descrição dos projetos de pesquisa voltados à Saúde da População Negra em Instituição Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil**49**

1. INTRODUÇÃO

Ao contextualizar as condições que orientam a formação em saúde de enfermeiras e enfermeiros no Brasil, e, a partir de um olhar mais macroscópico, na região amazônica, é necessário se fazer uma análise sobre o contexto histórico que precede o debate sobre saúde no Brasil, fazendo um recorte racial e da inserção desse grupo na sociedade brasileira originária e as condições em que ocorreram, que implicam nos fatores que direcionam a pesquisa.

Historicamente, o processo escravagista foi orquestrado pelo sequestro de pessoas, e apagamento de culturas e comunidades, fundamentou-se, por mais de três séculos, como principal força de trabalho na transformação, reconstrução e formação de antigas e novas nações e contextos sociais. O processo resultou em concepções racistas que perduram até os dias atuais e reforçam estereótipos que segregam pessoas racializadas (OLIVEIRA, 2021).

Com o passar dos anos, e a utilização desses corpos, surge um mito apresentado por Abdias Nascimento como o mito do “africano livre”, a liberdade era dada ou oferecida aos escravizados em sua não condição de subsistência, sobrevivência, e continuidade na sociedade (NASCIMENTO, 2016). Crescia, nesse período, um movimento que se levantava contra a escravidão e a utilização desta “forma de trabalho”, ocorrendo “a partir do século XIX, no contexto da Revolução Industrial inglesa e da mudança do tempo da economia mundial” (OLIVEIRA, 2021, p. 208).

No Brasil, os negros livres e/ou fugidos também construía suas armas de resistência por meio dos quilombos, de onde começam a surgir movimentos de luta e revolta contra a escravidão, como a exemplo da Conjuração Baiana, movimento abolicionista de luta pelo fim da escravatura e liberdade dos negros escravizados. Como resposta da então coroa portuguesa a estes movimentos, e principalmente as pressões internacionais, começam a surgir leis demagógicas que visavam o afrouxamento das características escravistas no Brasil Império, a exemplo de leis como a Lei Eusébio de Queirós (1850), que abolia legalmente o tráfico negreiro, findando em 1888 com a Lei Áurea, lei imperial que abolia legalmente no Brasil Império a escravatura.

À época gerou um processo de melancolia e mal-estar na sociedade, o que era indicado por uma a satisfação sádica, inicialmente voltada para a pessoa escravizada, no processo de não inserção desse grupo na sociedade (ARAÚJO, 2020, p. 4). Na prática, isso significou que após

a abolição, a população negra, agora liberta, não foi inserida na sociedade (Nascimento; 2016, p. 79). Assim surge o mito da democracia racial, ideia de igualdade de direitos independente das raças, que se mostrava principalmente por meio legislativo. Todavia, intelectuais da época se contrapunham e fortaleciam a ideia de inconveniência da presença negra nesta nova formação social brasileira. (SCHNEIDER, 2018).

Isso fica evidente na constituição de 1891, que, em seu artigo 70º, definia ausência de analfabetos e negros nas instâncias de deliberação e governo (BRASIL, 1891), que tornava inelegíveis os cidadãos não listados, nos quais negros libertos estavam inseridos. Este contexto reflete, portanto, na marginalização da negritude, reforçadas também pela Teoria Eugenista de Francis Galton (CONT, 2008), cujo propósito era aplicar o pressuposto da teoria da seleção natural, indicando-a como uma ciência sobre a hereditariedade humana, identificando os melhores membros, tomando estes como superiores aos outros por portarem as melhores características.

Na prática, favorecia a invisibilização, exclusão e extermínio do povo negro e de suas demandas (CONT, 2008), o que sustentava os ideais de divisão racial e social na sociedade brasileira da época. Para o momento, com o surgimento das práticas sanitaristas e as instituições de base como a Liga Pró-Sanitarista do Brasil (1918) e a Sociedade Eugenista de São Paulo (1918), sanitarismo e eugenia se tornavam sinônimos, e nessa ideologia, o epistemicídio científico e cultural se estruturava como meio de cercear espaços e acessos em distinção a questões raciais (WEGNER, 2017).

Nota-se que essas ideias reforçam o preconceito e marginalização das pessoas negras. Isso, ao longo dos tempos, é percebido na construção da saúde no Brasil, haja vista que, inicialmente, ela era desenvolvida por meio de processos de opressão, invisibilização e genocídio da negritude (ANUNCIACÃO, 2022). Na história do Sistema Único de Saúde (SUS), isso se desvela nas ofertas dos serviços, ainda hospitalocêntricos e médico-centrados, ofertados apenas aos contribuintes dos institutos de aposentadorias e pensões, bem como os institutos de previdência social e assistência social (BRASIL, 2002).

Somente nos anos de 1953, com a criação do Ministério da Saúde, após a separação do Ministério da Educação e Saúde, passou-se a atender outros grupos populacionais com apoio dos estados e municípios, por meio de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, sendo desenvolvidas em caráter universal, beneficiando toda a população (BRASIL, 2002).

Esse caráter se fortaleceu com a promulgação da constituição cidadã de 1988, a saúde então é definida como um “direito de todos e dever do estado”, devendo ser garantido a partir de “[...] políticas sociais e econômicas, que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos [...]” (BRASIL, 2018)". Torna-se, assim, dever do estado a promoção de políticas públicas a fim de suprir as necessidades de saúde da população em suas especificidades.

Apesar dos avanços da discussão das necessidades peculiares da população, entre elas das pessoas negras, é importante reconhecer que as questões de saúde desses grupos foram, por muito tempo, negligenciadas. Partindo então dos cidadãos negros organizados a discussões sobre as pautas de saúde negra, onde se iniciou a busca acerca de informações sobre as suas necessidades específicas de saúde, na maioria, devido à luta do Movimento de Mulheres Negras (LOPES, 2021; BRASIL, 2013).

Sabe-se que a saúde da população negra teve sua primeira inserção nos debates de saúde na década de 1980, formuladas por ativistas do Movimento Social Negro (BRASIL, 2013). Outro marco importante na luta pela visibilidade da saúde negra ocorreu na década de 90, com a Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, onde foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI). Verifica-se, portanto, a importante contribuição do movimento negro para visibilidade do tema (ARAÚJO, 2022).

Nos serviços de saúde, como complemento ao capítulo 2 da Constituição Federal e das diretrizes do Sistema Único de Saúde, especialmente no que tange à equidade, surge a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), pela Portaria n.º 992 em 13 de maio de 2009, como facilitador da educação e da atualização para o atendimento à população negra nos diversos níveis de assistência à saúde e no processo educacional (BRASIL, 2017).

Ressalta-se que a reivindicação sobre a abordagem de uma formação que englobe as pautas afrodescendentes em cidadania, educação e saúde refletem a promulgação da Resolução CNE/CP 01 de 2003, a qual institui as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – DCN ERER (BRASIL, 2004), em vista também da inserção de estudantes negros nas universidades.

A introdução do tema racial, de maneira interseccional, na educação em todos os campos, é porta para essa educação transformadora e necessária quando visualizamos as questões históricas e atuais da sociedade mundial e brasileira com relação a ainda existente

segregação racial. Segundo Bell Hooks, escritora e teórica negra, a educação deve ser utilizada como prática de liberdade, fortalecedora do pensamento crítico, nutrindo o intelecto, como um ato contra hegemônico de liberdade (HOOKS, 2017, p. 16).

Na formação em saúde, essa discussão é essencial, haja vista que a PNSIPN traz em suas diretrizes gerais a “inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde” (BRASIL, 2009). Esta política favorece o entendimento da construção de uma formação profissional voltada a atenção à saúde sob a pauta racial, como o Manual de Doenças Mais Importantes por Razões Étnicas, na População Brasileira Afrodescendente (BRASIL, 2001).

Ademais, a representatividade da população negra no Brasil é significativa, sendo registrado no último CENSO de 2022 no Brasil uma população majoritariamente composta por pessoas que se autodeclararam pardas/pretas, correspondendo a 55,9% da população (IBGE, 2023). Registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua, quando do recorte regional da população nortista/amazônica, este recorte corresponde a 78,4%, caracterizada essa região como a com maior taxa de pessoas autodeclaradas pardas (70,1%) (IBGE, 2023).

A questão racial é reconhecida por 63% das pessoas como fator que interfere no cotidiano, trabalho e universidades e nos apresenta as amarras das estruturas do racismo na sociedade, demonstrando como a questão racial interfere de forma direta e indireta na vida de pessoas negras. Estes dados demonstram não apenas a proporção e necessidade do cuidado e atenção à saúde negra, como também apresentam dados significativos quando das estruturas raciais regionais. Inicialmente, apontam a representação desse grupo na região, assim como justificam a discussão sobre isso na perspectiva do SUS (IBGE,2023).

Há outras questões que devem ser destacadas, como as socioeconômicas. De acordo com um estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, realizado pelo IBGE em 2022, identificou-se que, em 2022, em âmbito nacional, 3,4% da população branca era analfabeta, enquanto as pessoas pretas representavam 7,4%. Esse dado representa uma redução no índice de analfabetismo desde o último Censo, entretanto, ainda apresenta uma taxa maior entre pretos e pardos (IBGE,2023).

Conforme o Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, a distribuição de pessoas que frequentam o ensino superior, segundo a rede de ensino em relação à raça, representava nas instituições privadas um total de 54,9% de pessoas brancas e 42,8% de pessoas pretas ou pardas, e nas instituições públicas, 46,7% de pessoas brancas e 50,4% de pessoas pretas e pardas, entretanto, as desigualdades ainda se apresentam de forma superior em vista que a população negra no país compõe mais de 55% da população (SEMESP, 2023).

Nota-se a expansão do número de pessoas negras no ensino superior. Essa inserção se justifica pela existência de políticas de reparação, resultado das ações afirmativas de inserção de grupos minoritários de direito nas instituições, como a Lei de Cotas para Pretos e Pardos, indígenas e pessoas com deficiência, criada em 2012 (SEMESP, 2023). A Lei possibilitou aos sujeitos ingressantes uma mudança de perspectiva por meio de outras lógicas, diferentes da lógica imposta pela “colonialidade do ser”. Entretanto, a permanência desses estudantes é afetada por diversos fatores relacionados aos preconceitos estruturais enraizados nos meios institucionais (MARQUES, 2018, p. 15).

De acordo com Braga e Lopes (2007), pode-se afirmar que são importantes as ações que favorecem a entrada de estudantes negros nas universidades e é primordial que se ofereçam estratégias de permanência a este público, que podem ser formais ou informais. Há grande necessidade de se diminuir as desigualdades presentes para além do acesso à universidade, com ações de auxílio à permanência, oferta de bolsas, projetos de valorização cultural, visando favorecer a subsistência e continuidade desses estudantes no meio acadêmico.

O debate também beneficia a formação de profissionais de saúde, que, no âmbito do SUS, devem ser norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (BRASIL, 2010). Isso se afirma, pois, as DCNs indicam, entre outros aspectos, a necessidade de dialogar e inserir aspectos étnico-raciais e regionais na tríade ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010).

Na formação de enfermeiros e enfermeiras, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem (DCNE) se destacam no tema quando, no artigo 10º da Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, se discute a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, que devem ser orientados com base em um contexto histórico, social e em um contexto de pluralismo e diversidade cultural. (CNE, 2001)

Na perspectiva do autor, foi perceptível que muitos desses aspectos, tanto da DCNE quanto das DCNERE, com as pautas relacionadas à comunidade negra foram abordadas em momentos específicos, os quais não faziam parte do plano de aulas e PPCs e foram promovidos por uma professora negra, também militante do movimento.

Nesta vivência enquanto estudante negro no ensino superior, as políticas afirmativas foram de grande importância para a manutenção dos estudos e continuidade até a formação. Sem essas políticas, não haveria condições de me manter na graduação. Entretanto, não me ver representado em números dentro da sala de aula, entre os docentes e dentro do PPC, colocou-me em um “não lugar”, que me fazia questionar o meu pertencimento àquele espaço.

Considerando estes apontamentos, indaga-se: Como vem se estruturando a construção da formação de enfermagem sobre a saúde da população negra na Amazônia? Quais os caminhos e estruturas são utilizados para promover o debate sobre o tema na formação curricular?

Este estudo é parte do macroprojeto: 'Educação, Formação e Gestão no Cuidado da Enfermagem em Saúde'. Assim, busca investigar o processo formativo e os instrumentos utilizados na educação docente e discente e na gestão do cuidado à saúde nas instituições educacionais de ensino superior.

Portanto, o estudo pretende compreender como se estrutura a construção do conhecimento e formação em enfermagem sobre saúde da população negra na Amazônia, colaborando para demonstrar dados que norteiam e forneçam subsídios para a promoção de cuidado e prevenção de agravos à saúde em nossa região, por meio da formação em saúde estruturada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), favorecendo um melhor aproveitamento e segurança para a assistência em saúde a pessoas negras. Isso se deve ao fato de que, segundo a Política de Promoção à Saúde, saúde é um conceito em construção, que depende diretamente de valores sociais, culturais, subjetivos e históricos, que influenciam a assistência e promoção de saúde (BRASIL, 2010).

2. OBJETIVO GERAL

Compreender a estrutura da construção de conhecimento e formação em Enfermagem sobre a população negra na Amazônia

2.1. Objetivos Específicos:

- Identificar atividades curriculares sobre questões étnico-raciais ou afins nos Projeto Pedagógicos de Curso;
- Identificar a existência de literatura sobre saúde da população negra ou que tratem sobre os aspectos de saúde da população negra, quilombola ou indígena dentro da tríade universitária envolvendo Projeto Pedagógico de Curso, pesquisa e extensão;
- Compreender como estão sendo abordadas a saúde da população negra pelas instituições;
- Entender como as políticas afirmativas estão representadas nas instituições;

3. JUSTIFICATIVA:

Partindo de minhas vivências como estudante graduando na área da saúde, em eventos de enfermagem nacionais e internacionais, bem como vivências enquanto usuário do SUS,

sendo um homem preto amazônida, pude perceber a lacuna na formação em saúde relativa à saúde da população negra. Essa questão de saúde é abordada de forma superficial tanto na academia quanto em atendimentos de saúde. Nesses contextos, pude perceber o quanto os profissionais de todas as categorias, majoritariamente, desconhecem fatores genéticos e específicos relacionados à raça e saúde.

Assim, para entender os aspectos formativos em saúde negra e justificar a pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa de literatura, dividida em seis etapas. Na etapa inicial, foi utilizada a estratégia PICO para a definição da questão de pesquisa, uma ferramenta que facilita essa definição (MENDES, et al., 2019). A partir dessa estratégia, definiu-se como questão de pesquisa: “De que forma as instituições de ensino abordam a formação em saúde voltada à população negra nos cursos da área da saúde no Brasil?”.

Na segunda etapa, como estratégia para identificar e selecionar os estudos, foi utilizada a busca de publicações indexadas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados em Enfermagem (BDEnf).

Na terceira etapa, foram adotados os critérios para inclusão dos artigos: todas as categorias de artigo; artigos com resumos e textos completos disponíveis para análise; artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, entre os anos de 2017 e 2021 (faixa temporal de 5 anos); artigos gratuitos; e artigos que contivessem os seguintes descritores em ciências da saúde (Decs): Grupos com Ancestrais do Continente Africano; Educação em Enfermagem; e Grupos Étnicos. Os critérios de exclusão foram: artigos que não estivessem disponíveis completos gratuitamente; artigos com acesso por qualquer forma de assinatura; e artigos que não tivessem algum dos descritores selecionados.

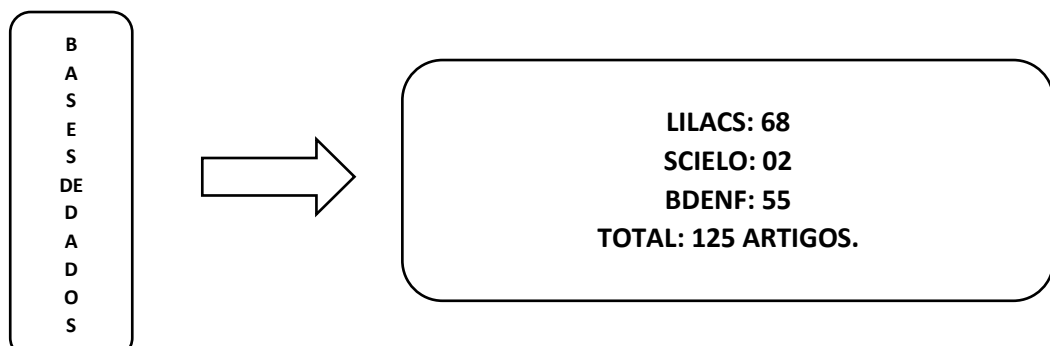
Utilizou-se o recurso do “termo exato”, utilizando o operador lógico booleano AND com o descritor Grupos com Ancestrais do Continente Africano em referência aos outros dois descritores. A busca na base de dados foi realizada entre fevereiro e março de 2022. Os dados dos achados foram tabulados e descritos no Quadro 1. Após a realização das buscas nas bases de dados, procedeu-se à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos, o que resultou em 02 artigos. Foram analisadas as duplicatas, não resultando em artigos duplicados.

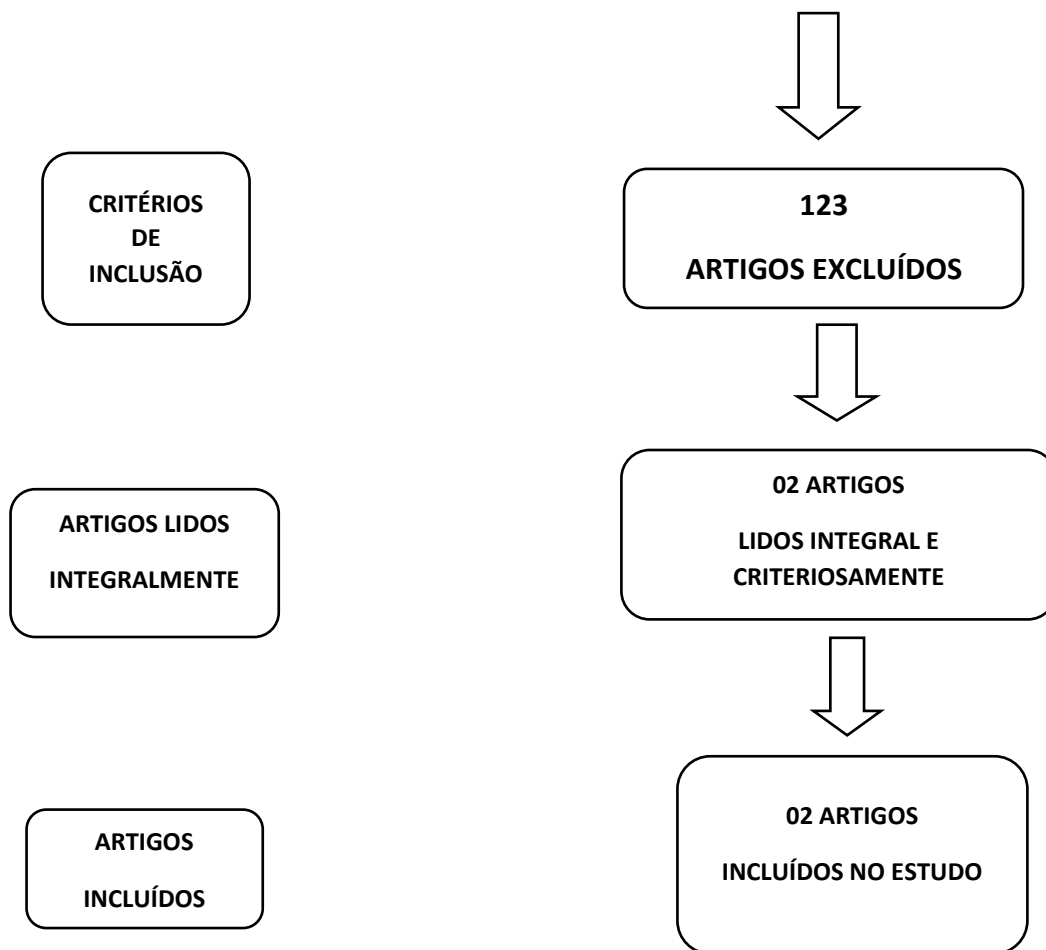
Na quarta etapa, avaliaram-se criteriosamente os artigos e verificou-se se atendiam aos critérios de inclusão e se estavam relacionados à pergunta norteadora, como descrito na figura 1. Na quinta etapa, realizou-se a leitura e interpretação dos artigos obtidos e prosseguiu-se com a sexta etapa, na qual será apresentada a síntese dos resultados obtidos com os materiais analisados.

Quadro 1: Tabela com os números de artigos encontrados em cada base de dados.

DESCRITOR	SCIELO	LILACS	BDEF	TOTAL
(grupo com ancestrais do continente africano) AND (grupos étnicos)	02	67	43	112
(grupos com ancestrais do continente africano) AND (educação em enfermagem)	00	01	06	07
(grupos com ancestrais do continente africano) AND (educação em enfermagem) AND (grupos étnicos)	00	00	06	06

Figura 1. Fluxograma dos artigos encontrados nas bases de dados.





SÍNTESE:

Após a leitura dos dois artigos resultantes da busca na base de dados, concluiu-se que, apesar de abordarem a participação de negras e negros nas instituições, nenhum artigo trata da educação, formação e ensino voltados à saúde de pessoas negras no Brasil, trazendo apenas recortes de processos formativos e experiências relatadas da vida das primeiras enfermeiras negras formadas no Brasil.

Os relatos e os dados dos artigos são de grande importância e contribuição para a dissertação; entretanto, demonstram como resultado desta revisão a inexistência, no Brasil, de artigos que tratem da formação e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) que abordem os aspectos da saúde negra conforme tratado na Política Nacional de Saúde Integral da População

Negra (BRASIL, 2009) e no Manual de Doenças Mais Importantes, por Razões Étnicas, na População Afro-brasileira (BRASIL, 2001).

A partir do resultado da Revisão Integrativa de Literatura, destaca-se o ineditismo deste estudo ao tratar, mesmo que de forma regional, da formação em saúde de profissionais de enfermagem voltada para a atenção à saúde da população negra na região amazônica. Destaca-se também a baixa produção sobre formação em saúde negra, evidenciando o atraso presente nos PPCs em um país majoritariamente preto e pardo, consoante os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Conclui-se que ainda é necessário compreender o papel fundamental que a academia tem em fortalecer e fundamentar o debate sobre saúde negra no processo formativo. A ausência dessa abordagem, principalmente em um país de maioria autodeclarada preta e parda, pode afetar significativamente a saúde desse grupo. Além disso, essa abordagem oferece base para a produção de novos estudos sobre raça e saúde em um ambiente onde estes materiais são escassos, favorecendo o ensino e a formação em enfermagem em âmbito nacional.

Assim, a dissertação contribui para a enfermagem ao fornecer uma análise da formação profissional por discentes e docentes sobre a saúde da população negra. A partir destes resultados, é possível orientar os déficits, necessidades e lacunas na formação e produzir materiais de suporte e apoio às instituições de formação para a inserção do tema nos PPCs. Isso favorece a assistência à saúde voltada à população preta, considerando suas necessidades e especificidades em cada um dos âmbitos de abordagem do cuidado, promoção e prevenção de saúde da população.

4. REFERENCIAL CONCEITUAL:

4.1. RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL

Os aspectos que envolvem as questões raciais no mundo, estão diretamente ligados a questões sociais, econômicas, culturais e políticas em nossa sociedade. Dentro das questões de raça, os critérios impostos pelo racismo ao comportamento social, vem permanentemente sendo um divisor de classes e de grupos no contexto socioambiental (ALMEIDA, 2020). É importante

o entendimento das questões raciais e étnicas na sociedade, compreendendo também os termos que a ela fazem parte como dos descritores raça, etnia e racismo.

Raça é um dos termos do qual se derivam diversas interpretações por não ser um termo fixo, ele está diretamente ligado às questões sociais e políticas. Para Silvio de Almeida (2020, p. 24), “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão [...] um conceito relacional e histórico”. Para o autor, este termo se relaciona com as sociedades de forma econômica, política e social.

Já etnia, refere-se à coletividade de indivíduos, a um grupo social que compartilha entre si uma cultura, língua, tradições, maneira de agir, tendo sua especificidade sociocultural relacionada às pessoas que fazem parte deste grupo.

Segundo o escritor, pós-doutor em Direito, Silvio de Almeida (2020), racismo é:

“Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam” (ALMEIDA, 2020, p. 32)

Entendido os conceitos de raça, etnia e racismo, passamos a discutir a estrutura sistêmica que compõem o racismo, estrutura esta que reflete socialmente dentro das instituições e grupos sociais que acabam reproduzindo em sua forma de organização os fundamentos que correspondem a discriminação racial e de classe (SOUZA, 2021).

Almeida (2020) expõe a diferenciação entre preconceito racial e discriminação racial para o conceito de racismo acima apresentado, para o autor, o preconceito racial é “*o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias*” (ALMEIDA, 2020, p. 32), já a discriminação racial está relacionada ao poder onde é “*a atribuição de tratamento diferenciado, a membros de grupos racialmente identificados*” (ALMEIDA, 2020, p. 32).

A partir dessas concepções podemos compreender mais sobre como a estrutura racista funciona dentro dos ambientes institucionais, e como partindo dessa estrutura, as condições de permanência de pessoas negras se torna um processo árduo.

Entende-se que as condições sociais impostas pelo racismo estrutural, nos coloca enquanto pessoas pretas em um não lugar em um meio social. O processo de identificação e reconhecimento negro individual parte anteriormente de uma quebra com o racismo cultural, que parte do que consumimos dentro da sociedade (SOUZA, 1983).

Corpos negros foram invisibilizados científica, social e culturalmente, criando assim uma desidentificação corporal e social de pessoas negras numa sociedade que até o momento se mostrava majoritariamente branca. Com isso, o negro teve de se desvelar de concepções que o definiam submisso e a partir disso, ver no branco o seu espelho e modelo de ascensão social, identidade e oportunidades numa sociedade que o oprimia enquanto raça (SOUZA, 1983, p. 19).

Desta busca por ascensão social, o negro, parafraseando o psiquiatra e filósofo político, Frantz Fanon (1925-1961), passa a vestir máscaras brancas, na busca de fazer parte de um meio social comum, para se ver parte de uma sociedade que o excluía. É importante ressaltar que este comportamento perdura até os dias atuais, de forma involuntária, como forma de se inserir nos espaços sociais.

Dominado por esta concepção que o definia, entender-se negro novamente é um processo de descoberta e inquietação, racializar-se numa sociedade racista é compreender que sua história o fora roubada. Para Neusa de Souza (1983, p. 17 e 77), entender-se negro neste contexto, é compreender o local de opressão em que se encontrava, perceber que as suas identidades haviam sido apagadas e subjugadas, e partindo dessa constatação, resgatar a sua história, se ler enquanto raça, compreender sua cultura e potencialidades e assim, entender-se negro.

O racismo estrutural na sociedade, não é algo fixo e definido, sendo ele estruturante de muitos aspectos das abordagens de raça na sociedade, sendo uma delas definida como Racismo Institucional, esta forma se utiliza das estruturas racistas como base das estruturas organizacionais em uma instituição, grupo, associação e outros, e por meio dessa ideologia, define ascensão e queda, acesso e barreiras, de pessoas negras nesses ambientes (ALMEIDA,2020).

Para os integrantes do grupo Panteras Negras, Charles Hamilton e Kwame Ture, os primeiros a trazer em uma obra o adjetivo institucional com relação ao racismo, "trata-se da

falha coletiva de uma organização em promover um serviço apropriado e profissional às pessoas devido a sua cor, cultura ou origem étnica" (CARMICHAEL, HAMILTON, 1967, p. 04).

Nesta mesma obra, *Black Power: Politics of Liberation in America* (1967), os autores explicam sobre as ações individuais e coletivas da branquidade e como o racismo se aplica nestas:

“Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando naquela mesma cidade – Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano devido à falta de comida adequada, abrigo e instalações médicas, e milhares mais são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente pelas condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional. Quando uma família negra se muda para uma casa em um bairro branco e é apedrejada, queimada ou expulsa, é vítima de um ato explícito de racismo individual que muitas pessoas condenarão – pelo menos em palavras. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em cortiços em ruínas, sujeitos a pressões diárias de proprietários exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios”.

(CARMICHAEL, S. HAMILTON, C. 1967, p. 04. Tradução do autor).

Na saúde, o racismo estrutural e institucional se torna um desafio para que se possa promover equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Neste ambiente, é recorrente a percepção de casos de discriminação racial, minimização de queixas, definições de prioridades, formas de tratar o usuário do sistema (LOPES, 2021; LUDOVICO, *et al.* 2021).

A deslegitimação da fala e do relato, por meio do racismo, faz parte do processo desumanizador e dessensibilizador dos corpos, apagando suas necessidades, especificidades e relações, o incorporando a um conceito ideológico de força, resistência e garra inabaláveis, as mesmas que desumanizaram os corpos negros traficados e retirados a força de suas terras para serem escravizados nas colônias europeias (DANTAS, 2019. P. 46)

A negligência é parte do racismo institucional, se tratando do meio educacional, o racismo institucional se apresenta no silenciamento da pessoa racializada em meio às outras, o apagamento e diminuição de sua produção científica, também conhecido como epistemicídio

científico, a invisibilização de suas queixas e questões e a criação de barreiras e entraves que impeçam o seu acesso à educação e formação. Este mesmo é o responsável pelos entraves que ainda persistem na implementação de cotas na pós-graduação e da revisão e possível desmonte da lei de cotas (BORGES, 2022)

Para Silvio de Almeida, "as instituições são racistas porque a sociedade é racista" (2020, p.47), ou seja, reproduzem em suas regras os privilégios a partir das condições entre raça e etnia, assim se correlacionam a estrutura e as instituições com o racismo, entretanto negar a possibilidade de mudança por estar em uma sociedade racista é ignorar a realidade e o processo de aprendizado e educação, além da capacidade de mudança e renovação. Cabe a instituição se posicionar quanto aos privilégios estabelecidos e, por meios de ações afirmativas e mudanças comportamentais e organizacionais, mudar sua realidade.

4.2. SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

A política de saúde da população negra, surge historicamente da necessidade de não invisibilização das iniquidades, onde em 23 de maio de 2003, cria-se a Política de Promoção de Igualdade Racial, regida pela lei nº 10.678, onde se origina também a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – Seppir. Essa conquista se deu pela ampliação da participação social do Movimento Negro nas Conferências Nacionais de Saúde, em 2002 e 2003, 11º e 12º respectivamente (BRASIL, 2003)

No embalo da inserção das questões de saúde negra, ocorreu, em 2004, o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, onde foi criado o documento intitulado *Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade*, sendo esse, um dos principais passos para a criação da política em 2009.

A partir dessas conquistas resultantes das lutas do movimento negro, em 14 de maio de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União nº 90, a Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, a qual institui, a partir de suas considerações, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN, orientando também, em seu artigo 2º, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP, a articular com o Ministério da Saúde e suas secretarias e órgãos, a elaboração de instrumentos para a implementação desta Política. (BRASIL, 2009)

A política tem como marca o “Reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com

vistas à promoção da equidade em saúde” e como objetivo “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS”. (BRASIL, 2009)

Conta também com 6 diretrizes e 12 objetivos específicos, e apresenta um capítulo sobre estratégias e responsabilidade das esferas de gestão, direcionando as ações em relação ao gestor federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2009)

Em sua terceira edição, de 2017, a Política passa a ser mais abrangente, e começa a abordar o quesito raça/cor partindo da portaria n° 344, de 1 de fevereiro de 2017, que adota o critério de autodeclaração de raça/cor. É também nesta edição, que o caderno da política vem abordar as doenças prevalentes por questão étnico-racial, falando sobre a população negra e abordando outros aspectos relacionados à saúde negra como acesso aos serviços, a saúde da mulher negra, saúde gestacional e juventude. (BRASIL, 2017)

Em relação à região amazônica, nossa população se divide em cidade, rios, campo e floresta, tendo cada uma suas especificidades culturais e de saúde e condições de vida. Compreendendo o negro na região amazônica, Vicente Salles (1971, p. 67) reforça que “na Amazônia, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída, e até negada, no conjunto dos seus valores constitutivos”, o que muito se aplica esse pensamento ao processo de mestiçagem e de epistemicídio da negritude pela sociedade da época, onde se diz ter sido gradativamente diminuída a presença em vista de fatores como o êxodo nordestino para a Amazônia, invisibilizando a atuação e traços deixados pelos negros neste processo histórico. (SALLES, 1971)

Essa não compreensão de sua negritude, pode tornar-se fator de empecilho na promoção de saúde desse grupo que está dividida pelo território amazônico e que também são assistidas por Políticas Públicas de Saúde como a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta pela Portaria n.º 2.866, de 2 de dezembro de 2011, o Programa Brasil Quilombola (2004) e Política Nacional para População em Situação de Rua pelo Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009, está também relacionada pela majoritariedade de pessoas pardas e pretas em situação de rua (SICARI, 2018).

4.3. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA:

"As políticas de ações afirmativas trazem em seu bojo o pensamento sobre a possibilidade de reverter o índice de pessoas que foram historicamente alijadas do processo de

inserção social" (HASHIZUME, ALVES,2022). Elas surgem quando se encontram necessidades específicas de suporte para ser garantida a equidade de oportunidades de acesso, manutenção e estabilidade, neste caso, dentro do ensino superior, concursos, processos seletivos e áreas institucionais.

As políticas afirmativas, buscam em seu objetivo central, dirimir os processos de marginalização e desigualdades sociais, para além do ambiente universitário, dando oportunidades de um pensamento social e inclusivo, que hoje se observa nas taxas de entrada de negros no ensino superior Público e Particular, com leis, portarias e projetos que possibilitaram essa mudança de paradigma social. (HASHIZUME, ALVES, 2022).

Em 2001, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 12 de julho, foi instituído por meio da lei nº 10,260, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que destinava aos estudantes, a concessão de financiamento em cursos superiores não gratuitos. Lei essa alterada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, dando continuidade e outras providências para o programa e o fundo. (BRASIL, 2017)

Já em 2004, durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, surgia um dos primeiros programas de bolsas para ingresso ao ensino superior no Brasil, conhecido como Universidade Para Todos (PROUNI), foi instituído pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, sendo posteriormente convertida a lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulando a ação de instituições e entidades beneficentes de assistência social ao ensino superior, destinando bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes da graduação e pós nas instituições privadas. (BRASIL, 2005). O PROUNI oportuniza desde 2004 a entrada de milhões de pessoas no ensino superior, até 2016, o programa teria atendido cerca de 1,9 milhão de estudantes, com bolsas integrais e parciais. (ANDRIOLA, 2020)

Em 29 de agosto de 2012, após avaliação da necessidade de suporte para entrada de pretos, pardos e indígenas, posteriormente em 2016 a inclusão de pessoas com deficiências, foi sancionada a Lei nº 12.711, a lei dispõe em seu art. 3º que as instituições devem reservar estas vagas a pessoas que correspondam as condições implícitas na lei, no caso autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. (BRASIL, 2012)

A lei passou por revisão no ano de 2022 conforme o Art. 7º que deu prazo de 10 anos para a revisão da lei, iniciou um processo de oportunização e democratização do acesso à universidade por pessoas, por contexto social, econômico e étnico racial, que não tinha acesso

às melhores oportunidades e condições de ensino, tivessem a possibilidade de adentrar o ambiente universitário a partir de ações com foco a tornar equânime o acesso à educação técnica e superior no Brasil. (CARVALHO, 2022)

Em 2012, a partir da portaria normativa nº 18, de 11 de outubro, foram implementadas as reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a lei de cotas, criando o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a partir deste programa, somando com as medidas de ações afirmativas garantidas pela lei 12.711, a entrada de Pretos e Pardos no ensino superior tem crescimento exponencial.

Estes programas, leis e portarias, vem como meio de resolver questões e barreiras que desde os processos escravagistas definem social e economicamente as divisões existentes na população brasileira e também as condições causadas pela imigração forçada e involuntária, sendo a porta de entrada para uma possibilidade de futuro, de assegurar sua própria vida e de mudança na condição de vida e sobrevivência dessas pessoas, sendo muitas vezes, a porta que oferece a primeira entrada de uma pessoa negra ou parda, vulneráveis economicamente, dentro do ensino superior, na história familiar do estudante (FERREIRA, *et al.* 2021)

Entretanto, ainda hoje vive-se sob constantes ameaças a essas conquistas históricas, sendo o ano de 2022 o ano de revisão da Lei de cotas (BRASIL, 2012), muitas mudanças são planejadas, inclusive a exclusão de artigos e trechos que são essenciais para a manutenção da entrada de pretos, pardos, vulneráveis economicamente e pessoas com deficiência, surgem nas mídias diversas propostas de alterações que vão contra o que prega a própria lei de cotas e criaria empecilho na manutenção da mesma.

Em relação à pós-graduação, as políticas afirmativas enfrentam grandes barreiras de serem implementadas, apesar de já terem sido apresentados projetos de lei que orientam a criação de cotas para o ingresso na pós-graduação de universidades Federais (VENTURINI, 2021). A exemplo, o Projeto de Lei n.º 2.890/2015, de proposição do deputado baiano Davidson Magalhães, trata sobre a criação dessas cotas para a pós em federais, entretanto, devido às diversas barreiras, não houve debates ou proposições de emendas, sendo arquivado, segundo o site oficial da Câmara dos Deputados.

É extremamente importante se debater e pautar as cotas raciais e ações afirmativas e de permanência nas instituições, pois são elas que mudaram a realidade do acesso à educação no Brasil, nos fazendo ter uma universidade heterogênea, plural e diversa, que pode por meio desse

acesso torna mais equânime, solidário e justa a educação superior brasileira (CASTRO et al., 2023).

5. REFERENCIAL TEÓRICO:

5.1. A TEORIA HISTÓRICO-SOCIAL DE VYGOTSKY E A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE:

Este estudo tem como fundamentação teórica a Teoria Histórico-Social de Lev Vygotsky e as bases de pensamento da educação e a racialização trazidas pela teórica feminista negra Bell Hooks, no livro *Ensinando a Transgredir: Educação como Prática da Liberdade*.

A teoria histórico-cultural, ou também histórico-social de Vygotsky, tem por objetivo central “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formam ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo” (VYGOTSKY, 1984, P. 21). Dessa forma, Vygotsky busca

estudar como as características sociais e culturais influenciam direta e indiretamente no processo de aprendizagem e construção pessoal do ser humano e como isso afeta seu desenvolvimento em um meio social e propõe uma nova psicologia que compreenda o aspecto cognitivo. (REGO, 2021)

Vygotsky busca explicar em sua teoria, como o desenvolvimento humano é afetado pelos signos dados, as atividades e comportamentos já estabelecidos em um meio social, educacional e comportamental, e a importância da linguagem como instrumento dessa teoria. (REGO, 2021) O teórico atribui grande importância a interação social no desenvolvimento humano, trazendo exemplos no estudo do desenvolvimento infantil onde aplica o paradigma “botânico”, comparando que o desenvolvimento infantil depende de um processo de maturação do organismo, entendendo que os estágios de maturação são pré-existentes e afloram em dado momento da maturação humana (REGO, 2021).

Segundo Teresa Rego (2021), o ponto de vista de Vygotsky sobre as interações aborda que:

“A estrutura fisiológica humana, aquilo que é inato, não é suficiente para produzir o indivíduo humano, na ausência do ambiente social. As características individuais (modo de agir, de pensar, de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo, etc.) dependem da interação do ser humano com o meio físico e social. [...] para se humanizar o indivíduo precisa crescer num ambiente social e interagir com outras pessoas”. (REGO, 2021, p. 57, 58).

De acordo com a teoria de Vygotsky, no aspecto que trata sobre os conceitos aplicados ao processo de aprendizagem e educação, o teórico traz duas abordagens conceituais as quais denominou conceito cotidiano e conceito científico. Sendo o conceito cotidiano adquiridos a partir da vivência, experiência e observações cotidianas, já o conceito científico é aquele que é adquirido a partir da introdução de conhecimentos sistematizados, como os aprendizados relacionados ao conhecimento escolar. (REGO, 2021)

Para o estudo que está sendo desenvolvido, será utilizado o conceito científico como base para o entendimento da aprendizagem de saúde das populações de forma plural como parte importante da formação educacional e em saúde, visto que para Vygotsky, “o ensino escolar desempenha papel importante na formação de conceitos de modo geral e do científico em particular” (MARQUES, 2022. REGO, 2021, p. 79).

A abordagem trazida por Vygotsky é abrangente e passível de interpretações diversas, conseguimos perceber que a sua construção teórica não se baseia na produção de uma estrutura sólida e fundamentada de avaliação, mas sim, na produção de uma gama de estruturas que orientam o entendimento de uma nova psicologia sociointeracionista que trata sobre a mediação como um conceito fundamental do aprendizado humano e da maturação em um meio sociocultural.

Partindo desse conceito, compreende-se por meio de Vygotsky o papel importante que a educação proporciona para o crescimento, evolução e aprendizagem humana, interferindo direta e indiretamente em todos os aspectos da vida humana, da criação ao autocuidado e desenvolvimento psíquico, ou seja, o modo como essa educação é empregada e as informações nela contidas interferem não só individualmente, como coletivamente por meio da cultura de uma comunidade, por exemplo.

Bell Hooks, teórica feminista negra, aborda a educação como ferramenta transformadora importante para o empoderamento e fortalecimento do povo negro. Em seu livro “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática de Liberdade”, ela aborda o poder da educação como caminho para a liberdade, que corroboram com o entendimento de aprendizagem por mediação de Vygotsky. (HOOKS, 2017)

Nas reflexões sobre sua infância, em uma escola onde a maioria das professoras eram mulheres negras, Hooks relembra o compromisso que tinham as professoras em tornar seus alunos acadêmicos, críticos, pensadores, incentivados sob o entendimento de que seu aprendizado era um ato contra hegemônico, a partir de uma “pedagogia revolucionária anticolonial”. (HOOKS, 2017)

Com a integração racial ocorrida tempos depois, Hooks aborda o contraponto dessas novas escolas, de maioria branca, sobre o que vivenciava antes, onde “A excessiva ânsia de aprender era facilmente entendida como uma ameaça à autoridade branca”, o que, para ela, tornou o processo de aprendizagem menos prazeroso e interessante (HOOKS, 2017, p. 12).

Neste primeiro momento, Hooks demonstra dois tipos diferentes de mediadores da aprendizagem, e o efeito causado em seu eu criança nesse processo. Entendo que este conceito pode referir-se, para este estudo, na significância de um aprendizado que a incluía como parte importante no meio social, a um que seguia um padrão que não a permitia ir além do que socialmente era esperado do seu comportamento.

A abordagem do que Hooks traz em experiência vivida, comparada a abordagem da teoria de Vygotsky, demonstra para esse estudo, que a educação e principalmente a forma e as informações nela contida favorecem um processo transformador social coletivo ou um processo inibidor segregacionista, que não representa o conceito de liberdade, que também é abordado defendido pelo teórico educacional Paulo Freire. (HOOKS, 2017; TEIXEIRA, 2022)

Trazendo para o campo da formação em saúde, como a educação em saúde é empregada, irá interferir individualmente da atuação e emprego dos signos aprendidos pelo profissional de saúde em sua assistência e culturalmente a partir do compartilhamento da informação com a comunidade a qual o estudante está inserido familiar ou profissionalmente. Uma educação que não favoreça o conhecimento ampliado com acesso e entendimento a pluralidade dos corpos e das questões de saúde a eles relacionadas, interfere nos processos de cuidado, autocuidado, prevenção e promoção de saúde (PEDERIVA, 2022).

Como mediador científico, a instituição, por meio dos docentes responsáveis pela formação em saúde, precisa abordar de forma transversal e interseccional nas disciplinas, os corpos, signos, culturas e conhecimentos plurais, incorporados o conceito científico e cotidiano, proporcionando uma educação transformadora e libertária.

6. METODOLOGIA:

6.1.TIPO DE ESTUDO

A pesquisa, segundo Minayo (1993), é uma parte de uma prática teórica constante e de aproximação da realidade, utilizando-se de teoria e dados. Assim, a pesquisa se estabelece como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de novas tecnologias que estejam alinhadas com os avanços da sociedade, além de proporcionar o vislumbre de possíveis necessidades de manutenção e atualização de tecnologias e documentos já existentes.

Nesta pesquisa, foi realizada uma análise documental, que, de acordo com Severino (2007, p. 122), utiliza-se de diversos tipos de documentos: impressos, digitais, jornais, fotos, gravações, documentos legais; assim, a matéria-prima recebe tratamento analítico para que o pesquisador possa desenvolver sua investigação.

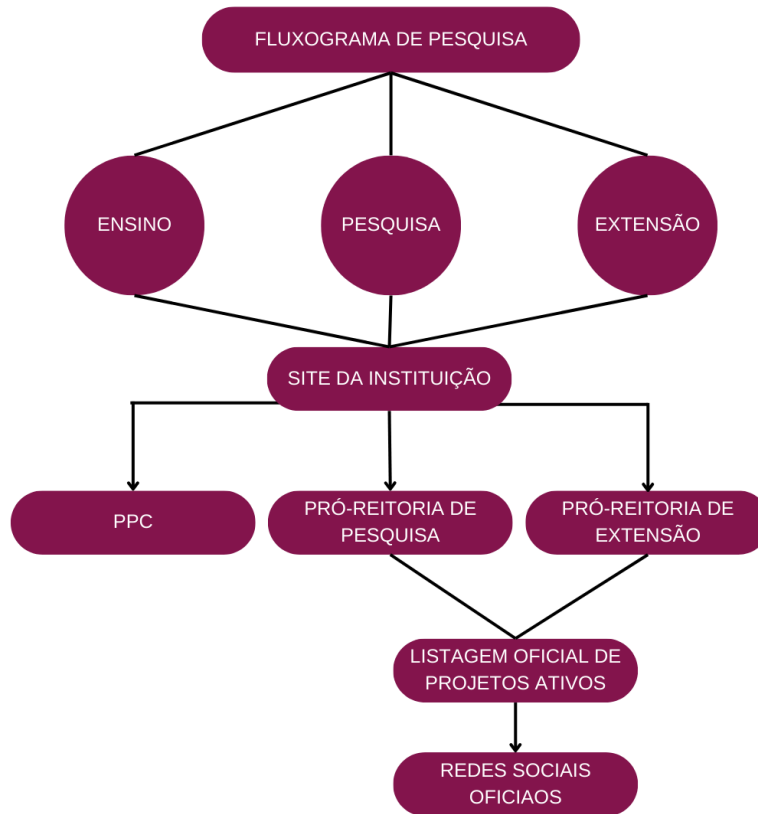
Para Gil (2010, p. 45), a pesquisa documental é um tipo de pesquisa em que o pesquisador analisa materiais que não receberam tratamento analítico prévio e que podem ser reelaborados,

constituindo-se de fontes diversificadas e favorecendo, assim, uma abordagem mais ampla de um objeto de análise.

Este estudo utilizou esse tipo de técnica por meio da análise dos PPCs de universidades públicas da região Amazônica, com a intenção de identificar, dentro desses projetos, a existência e abordagem da saúde negra, autores negros e materiais que orientem a atenção à saúde dessa população. Incluiu-se também a análise dos documentos oficiais de projetos de extensão e de pesquisa divulgados nas páginas oficiais das instituições, por meio das Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa, e no site oficial das instituições de enfermagem pesquisadas, conforme indicado na Figura 02.

Desenvolveu-se um instrumento (APÊNDICE A) no qual serão registradas as informações sobre material bibliográfico, políticas, autores, atividades de ensino, pesquisa e extensão que abordem a saúde da população negra.

Figura 02 - Fluxograma de Pesquisa das informações do tripe Ensino, Pesquisa e Extensão nas instituições Públicas da região Norte do Brasil.



Fonte: Farias, 2023.

6.2.CENÁRIO DE ESTUDO

Foram analisadas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, Estaduais e Federais localizadas na Amazônia Brasileira, na região Norte do País, que corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. IES que tenham curso de graduação em enfermagem, sendo analisado, além do PPC, a lista de projetos de Extensão e Pesquisa voltados a temática.

A intenção da região selecionada foi entender como se estabelece a formação em saúde voltada à população negra dentro dos PPC's na região que segundo demonstrado na introdução por dados do IBGE (2010), apresenta 72,6% das pessoas Pretas ou Pardas autodeclaradas, tendo em vista territorialidade, cultura, conhecimentos, história, indicadores de saúde, condições socioeconômicas e desenvolvimento.

Figura 03 – Mapa da Amazônia Legal Brasileira. IBGE, 2023.



Fonte: IBGE, Malha Municipal Digital, 2020

Foram analisados pela pesquisa PPC's que estejam disponíveis nas plataformas oficiais das IES que tenham curso de Enfermagem cadastrados no Portal do Ministério da Educação, documentos oficiais sobre o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão disponibilizados pelas Escolas e faculdades de Enfermagem, Institutos de Saúde e pela própria Universidade, que incluam nos grupos estudantes de enfermagem, assim como listas de Projetos de Pesquisa e de Extensão que estejam ativos e em andamento até o ano de 2023.

6.3. CRITERIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

6.3.1. INCLUSÃO

Foram incluídos na pesquisa todos os Projetos Pedagógicos de Curso de enfermagem que estejam disponíveis publicamente nos sites oficiais das Instituições de Ensino Superior devidamente cadastradas no Ministério da Educação e que façam parte da região norte, assegurados pela Lei n.º 12.527, de 18 novembro de 201, Lei de Acesso à Informação, que em seu artigo 3º assegura o direito fundamental de acesso à informação e que devem ser executados consoante os princípios básicos da administração pública.

6.3.2. EXCLUSÃO

Foram excluídos da pesquisa todos aqueles documentos que não possam ser obtidos por meio público e de acesso livre pelas Instituições de Ensino Superior em seus sites oficiais, mídias e banco de documentos.

6.4. ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin, que favorece saber as especificidades e os campos de ação de um dado material, a fim de representar o conteúdo de um documento, dando forma e representando a informação por meio de procedimentos de transformação. (BARDIN, 1977). Para tanto foi utilizada a análise temática que tem o objetivo a partir da contagem de um ou mais temas, sendo possível realizar o levantamento das qualidades dos documentos analisados, fornecendo uma observação sobre a realidade, permitindo ao leitor uma análise sobre os elementos significantes.

Utilizando desta metodologia, dividiu-se a organização dos dados em três partes, a pré-análise dos dados a partir dos resultados primários obtidos, a exploração desses resultados obtidos para formulação das temáticas e por fim o tratamento desses resultados, interpretação e exposição das abordagens temáticas definidas (BARDIN, 1977).

A análise será realizada com base na teoria histórico-cultural de Vygotsky, atrelando os conceitos teóricos sobre o desenvolvimento humano apresentados pelo psicanalista aos temas e categorias definidas, reafirmando a importância do processo educacional e de como as abordagens específicas e gerais influenciam na assistência à saúde e do desenvolvimento da comunidade (REGO, 2021)

6.5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

De forma que a pesquisa será documental, realizada em ambientes de acesso público e irrestrito, não se faz necessário avaliação ética ou registro de consentimento para decorrência da pesquisa. De toda forma, esta pesquisa obedece à lei 13.709 de 2018, que diz respeito a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), prestando cuidado em relação à privacidade de terceiros em caso da necessidade de realizar referências diretas a nomes, discursos e/ou imagens.

6.6. METAS

- Reforçar a necessidade de existência de conteúdo, autores e materiais que tratem sobre a saúde da população negra dentro da formação em saúde;
- Oferecer uma visão ampliada da formação dos acadêmicos e de como uma abordagem que corresponda às necessidades regionais da população em questão pode favorecer uma promoção de saúde mais eficaz e equânime;
- Apontar caminhos para o desenvolvimento de uma cartilha sobre saúde da população negra, oferecendo subsídios para a produção, discussão e inclusão da temática dentro das atividades curriculares dispostas nos projetos políticos pedagógicos de forma transversal e interseccional.

7. RESULTADOS

A presente pesquisa foi conduzida visando examinar e coletar informações referentes aos cursos na área de enfermagem oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) federais e estaduais. Para isso, foram utilizados diversos canais de acesso, incluindo sites oficiais e redes de comunicação dessas IES.

Inicialmente, realizou-se um levantamento para identificar as IES que oferecem cursos de enfermagem. Após a identificação das instituições pertinentes, foi realizada a consulta em seus respectivos sites oficiais. Nestes, buscaram-se informações em documentos de acesso livre, incluindo os PPC, visando obter informações relevantes para responder às questões do questionário utilizado na pesquisa, conforme o APÊNDICE A.

Para identificar as IES, utilizou-se o site emec.mec.gov.br, plataforma destinada à consulta de instituições de ensino cadastradas no Ministério da Educação. Nesta plataforma, foram encontradas diversas instituições federais e estaduais, apresentadas por Unidades da Federação, como mostra o Quadro 2 abaixo:

Quadro 02 – Instituições de Ensino Superior Federal e Estadual por Unidade da Federação da região Norte, Belém, PA, Brasil, 2023.

ESTADOS	QUANTITATIVOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
ACRE	2	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC)
		Universidade Federal do Acre (UFAC)
AMAPÁ	3	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)
		Universidade do Estado do Amapá (UEAP)
		Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
AMAZONAS	3	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)
		Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
		Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

PARÁ	5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
		Universidade do Estado do Pará (UEPA)
		Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
		Universidade Federal do Pará (UFPA)
		Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
		Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
RONDÔNIA	2	Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
RORAIMA	3	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)
		Universidade Estadual de Roraima (UERR)
		Universidade Federal de Roraima (UFRR)
TOCANTINS	5	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paraíso do Tocantins (FECIPAR)
		Faculdade FAPAF (FAPAF)
		Fundação Universidade Federal de Tocantins (UFT)
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
		Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

Dentre as instituições de ensino superior elencadas no âmbito desta pesquisa, constatou-se a presença de oito universidades federais localizadas na região Norte do Brasil que oferecem cursos de graduação em enfermagem. Estas instituições são a Universidade Federal do Acre (UFAC), situada em Rio Branco, Acre; a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com *campi* localizados em Oiapoque e Macapá, Amapá; a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com *campi* em Coari e Manaus, Amazonas; a Universidade Federal do Pará (UFPA),

com sede em Belém, Pará; a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com atuação em Rondônia; e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), com seu *campus* em Palmas, Tocantins.

Adicionalmente, no contexto das universidades estaduais, identificaram-se cinco instituições de ensino superior, localizadas na região Norte, que também ofertam cursos de graduação em enfermagem. Tais instituições são a Universidade do Estado do Pará (UEPA), no campus Belém, Pará; a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com *campi* situados em Manaus e Parintins, Amazonas; a Universidade Estadual de Roraima (UERR), com sede em Boa Vista, Roraima; e a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), com sua unidade em Augustinópolis, Tocantins.

Com base nos dados coletados por meio dos questionários referentes aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das universidades incluídas na pesquisa, foram obtidos resultados relevantes. Essas informações estão sintetizadas no Quadro 02, que apresenta a duração dos cursos de enfermagem oferecidos pelas instituições, abrangendo tanto as universidades federais quanto as estaduais.

Como resultado desse processo, no Quadro 03, observa-se que nas 12 universidades federais e estaduais analisadas, os cursos de enfermagem têm uma duração variando entre 8 e 10 semestres. Dessas instituições, sete (58%) oferecem um curso com dez semestres, duas (16,6%) possuem um curso com nove semestres, e três (25%) apresentam um curso com oito semestres.

Quadro 03 – Duração do curso (em semestres) e a presença da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em Projetos Político Pedagógicos de cursos de Enfermagem ofertados por Instituições de Ensino Superior federais e estaduais na região Norte do Brasil, 2023.

UNIVERSIDADES	SEMESTRES	PNSIPN
UFAC Rio Branco	10 semestres	NÃO
UNIFAP Macapá	08 semestres	NÃO
UNIFAP Oiapoque	10 semestres	SIM
UFAM Manaus	08 semestres	NÃO

UFAM Coari	10 semestres	NÃO
UFPA Belém	09 semestres	NÃO
UNIR Porto Velho	10 semestres	NÃO
UFT Palmas	10 semestres	NÃO
UEPA Belém	---	---
UEA Manaus	09 Semestres	NÃO
UEA Parintins	09 Semestres	NÃO
UNITINS Augustinópolis	10 semestres	NÃO
UERR Boa Vista	10 semestres	NÃO

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) federais, verificou-se que a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) não oferecem o curso de enfermagem, conforme constatado em seus sites oficiais e grades de cursos disponíveis. No que diz respeito às IES estaduais, constatou-se que a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) não inclui o curso de enfermagem em sua lista de cursos oferecidos pela instituição.

Um caso particular foi identificado em relação à Universidade do Estado do Pará (UEPA). O acesso ao PPC foi intermediado por estudantes da instituição devido à indisponibilidade do *site* da Escola de Enfermagem Magalhães Barata, assim como o *link* de acesso ao PPC de enfermagem no *site* oficial da UEPA, e maiores informações do site da Escola de Enfermagem sobre os Projetos de Pesquisa e Extensão. Portanto, não foi possível determinar se o PPC encontrado é o mais atualizado ou oficialmente em uso, sendo decidida sua exclusão para fins desta pesquisa. Em relação à segunda pergunta da pesquisa, que indaga sobre a existência de atividades curriculares voltadas para a saúde da população negra, quilombola, tradicional ou povos originários, foi realizado um levantamento nos PPC utilizando termos-chave relacionados, tais como "Saúde da População Negra", "Saúde da População Indígena", "Saúde da População Quilombola", "Saúde Étnica", "Negras", "Negros", "Pretas", "Pretos", "Política Nacional de Saúde Integral da População Negra", "Etnia", "Étnico", "Quilombola", "Indígenas" e "Povos Originários".

Os resultados obtidos por meio dessa busca permitiram a elaboração do Quadro 04, que apresenta as atividades curriculares identificadas nas IES analisadas, relacionadas à saúde da população negra, quilombola, povos originários e outras populações tradicionais. Esse quadro

é resultado de uma compilação das informações extraídas dos PPC, com o intuito de mapear a presença dessas temáticas étnico-racial nos currículos dos cursos de enfermagem.

Quadro 04 – Atividades curriculares envolvendo saúde da população negra, quilombola, povos originários e outras populações tradicionais em Projetos Político Pedagógicos de cursos de Enfermagem ofertados por Instituições de Ensino Superior federais e estaduais na região Norte do Brasil, 2023.

UNIVERSIDADES - município	INCLUSÃO DE ATIVIDADES CURRICULARES	CONTEÚDO BIBLIOGRÁFICO
UFAC Rio Branco	NÃO	POPULAÇÃO INDÍGENA
UNIFAP Macapá	NÃO	NÃO
UNIFAP Oiapoque	ENFERMAGEM NO CONTEXTO ÉTNICO CULTURAL	POPULAÇÃO NEGRA
UFAM Manaus	SAÚDE INDÍGENA	POPULAÇÃO NEGRA
UFAM Coari	POPULAÇÕES AMAZÔNICAS	POPULAÇÃO INDÍGENA
UFPA Belém	NÃO	NÃO
UNIR Porto Velho	SAÚDE INDÍGENA	POPULAÇÃO INDÍGENA
UFT Palmas	SAÚDE DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS	POPULAÇÃO NEGRA
UEA Manaus	SAÚDE INDÍGENA	POPULAÇÃO INDÍGENA
UEA Parintins	SAÚDE INDÍGENA	POPULAÇÃO INDÍGENA
UNITINS Augustinópolis	SAÚDE AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (ONLINE)	POPULAÇÃO INDÍGENA E NEGRA
UERR Boa Vista	SAÚDE DOS GRUPOS SOCIAIS	POPULAÇÃO INDÍGENA

Com o intuito de abranger os aspectos do tripé universitário, englobando Ensino, Pesquisa e Extensão, foram incluídas na pesquisa duas perguntas direcionadas aos campos da pesquisa e extensão. No que diz respeito sobre a existência de projetos de extensão voltados para a saúde da população negra, obteve-se um conjunto de resultados que são apresentados de forma visual na Figura 01, bem como de maneira tabular no Quadro 04.

Ainda no Quadro 04, dentre as universidades pesquisadas, apenas uma (8,3%), a UNIFAP Oiapoque, tem entre a bibliografia geral ou básicas e complementares das atividades curriculares a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, política norteadora do atendimento em Saúde para as Populações Negras no Brasil.

Figura 02 – Quantidade de Projetos de Extensão sobre Saúde da População Negra em Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região norte do Brasil, 2023.



Quadro 05 – Descrição dos projetos de extensão universitária voltados à Saúde da População Negra em Instituições de Ensino Superior federais e estaduais que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil, 2023.

INSTITUIÇÃO	ANO	TÍTULO	OBJETIVO	LINK
UFAC Rio Branco		PÁGINA EM CONSTRUÇÃO		
UNIFAP Macapá		SITE DESATUALIZADO		
UNIFAP Oiapoque		SITE DESATUALIZADO		
UFAM Manaus		NÃO ENCONTRADO		
UFAM Coari		PÁGINA EM CONSTRUÇÃO		
UFPA Belém	2022	Estudos e https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-extensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021 Ações https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-extensao/editais-	Pretende dar visibilidade às questões da saúde de negras e negros numa perspectiva de contribuir para a política de saúde da população negra no estado do Pará.	https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-extensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021

		<p>proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021de Enfermagem https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021para https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021a Saúde https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021de Negras https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/163-coordenacao-maria-de-nazare-alves-de-lima-2021e Negros</p>		
	2022	<p>Práticas https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021de Educação https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021</p>	Este Projeto tem como objetivo realizar atividades de Educação em Saúde com e para Populações Tradicionais da Amazônia.	<p>https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-ensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021</p>

		rojetos-de-extensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021 em Saúde Com https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-extensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021 e https://www.enfermagem.ufpa.br/index.php/projetos-de-extensao/editais-proex/164-coordenacao-nadile-juliane-costa-de-castro-2021 para Populações Tradicionais		
UNIR Porto Velho	NÃO ENCONTRADO			
UFT Palmas	NÃO ENCONTRADO			
UEA Manaus	NÃO ENCONTRADO			
UEA Parintins	NÃO ENCONTRADO			
UNITINS Augustinópolis	2021	Ser tão forte: o protagonismo da mulher quilombola	---	https://www.unitins.br/Cursos/Publico/Home/S/cd05577b911317ae25e0ebad34c59f9a
UERR Boa Vista	NÃO ENCONTRADO			

Com relação à quinta pergunta, que investiga a existência de projetos de pesquisa voltados para a saúde da população negra, foram obtidos os seguintes resultados, os quais estão representados visualmente na Figura 02 e apresentados de forma detalhada no Quadro 05:

Figura 03 - Quantidade de Projetos de pesquisa sobre Saúde da População Negra em Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil, 2023.



Quadro 06 – Descrição dos projetos de pesquisa voltados à Saúde da População Negra em Instituição Públicas de Ensino Superior que ofertam o curso de Enfermagem na região Norte do Brasil, 2023.

INSTITUIÇÃO	ANO	TÍTULO	OBJETIVO	LINK
UFAC Rio Branco	PÁGINA EM CONSTRUÇÃO			
UNIFAP Macapá	SITE DESATUALIZADO			
UNIFAP Oiapoque	SITE DESATUALIZADO			
UFAM Manaus	NÃO ENCONTRADO			
UFAM Coari	PÁGINA EM CONSTRUÇÃO			
UFPA Belém	NÃO ENCONTRADO			
UNIR Porto Velho	2023 - 2024	Saúde da População Ribeirinha	---	https://docs.google.com/spreadsheets/d/1h5nLwLI_68tiMr-crR28AmqoPFYov_Yt/edit#gid=993202199
UFT Palmas	PÁGINA EM CONSTRUÇÃO			
UEA Manaus	2019 - 2020	Práticas De Racismo Na Assistência Obstétrica: Um Estudo Fenomenológico Na	---	https://propesp.uea.edu.br/wp-content/uploads/sites/6/2020/11/PROJETO_S-
UEA Parintins				

		Cidade De Manaus		IMPLEMENTADOS-DE-ICT-2019.pdf
UNITINS Augustinópolis	NÃO ENCONTRADO			
UERR Boa Vista	2018	Saberes e práticas de cuidados advindos da população ribeirinha da comunidade Terra Preta, Baixo Rio Branco - Roraima: acepções para pensar enfermagem.	Produção de conhecimentos através da publicação de artigos científicos, visando contribuir para a ampliação da literatura local, regional e nacional na área da saúde, planejamento, elaboração e participação em eventos científicos, bem como realização de palestras para a comunidade local e regional, como forma de valorizar a educação em saúde.	https://www.uerr.edu.br/fmsi/

Em relação às universidades federais, observa-se que 62,5% das instituições possuem um curso de enfermagem com 10 semestres, enquanto 2 (25%) oferecem um curso com 8 semestres, e 1 (12,5%) apresenta um curso com 9 semestres.

Além disso, no Quadro 04, buscou-se identificar as atividades curriculares das instituições de ensino relacionadas à população negra, quilombola, tradicional e povos originários. Essa análise teve como objetivo compreender a abordagem e a inclusão de atividades voltadas a essas populações nos currículos dos cursos de enfermagem.

No âmbito das instituições de ensino investigadas, foram identificados perfis diversos em relação à abordagem de questões específicas relacionadas à saúde de diferentes populações. A UFAM Manaus, UNIR Porto Velho, UEA Manaus e Parintins destacam-se por oferecer disciplinas específicas sobre saúde indígena, demonstrando um enfoque direcionado às demandas e peculiaridades desse grupo populacional. Por sua vez, a UNIFAP Oiapoque, UFAM Coari, UFT Palmas e UERR Boa Vista adotam uma abordagem mais ampla, incorporando atividades curriculares voltadas para populações diversas. Essas atividades incluem temas como "Enfermagem no Contexto Étnico Cultural", "Saúde das Populações Amazônicas", "Saúde das Populações Vulneráveis" e "Saúde dos Grupos Sociais", respectivamente.

Cabe ressaltar que a UNITINS Augustinópolis se destaca por oferecer uma atividade curricular intitulada "Política de Cultura, Educação e Saúde Afro-brasileira e Indígena",

evidenciando um compromisso com a promoção da saúde e o entendimento das relações entre cultura, educação e saúde no contexto dessas comunidades específicas.

Dessa forma, em se tratando de atividades que possam abordar saúde das populações negras, dentre as Federais, três (37,5%) apresentam alguma Atividade Curricular que trate sobre Saúde da População Negra, sendo elas específicas ou não, taxa inferior àquela observada nas Estaduais, uma vez que duas (50%) apresentam alguma Atividade Curricular nessa temática. Assim, totalizou cinco (41,6%) IES que apresentam alguma Atividade Curricular que trate sobre Saúde da População Negra, sendo elas específicas ou não.

Tendo as informações relacionadas às Atividades Curriculares, avaliou-se o conteúdo bibliográfico representado ainda no Quadro 04, dessa forma verificou-se que duas (16,6%) das instituições não possuem no conteúdo bibliográfico apresentado no PPC nenhum conteúdo sobre populações Negra, Quilombola, tradicional ou indígena, sete (58,3%) dos PPC avaliados apresentam conteúdo bibliográfico sobre populações indígenas, e 04 (33,3%) dos PPC tem conteúdo bibliográfico sobre Saúde da População Negra, sendo eles da UNIFAP Oiapoque, UFAM Manaus, UFT Palmas e UNITINS Augustinópolis.

Na Figura 02 e Quadro 05 apresentaram-se as informações sobre a presença de Projetos de Extensão voltados à Saúde da População Negra nos cursos de enfermagem e institucionais das IES que envolvam o curso de enfermagem em seus membros. De acordo com a apresentação, foram encontrados 03 projetos de extensão entre as 12 IES pesquisadas, 02 na UFPA Belém do ano de 2022 e 01 na UNITINS Augustinópolis do ano de 2021.

Seis IES não apresentavam projetos de Extensão voltados à Saúde da População Negra, e em 04 IES não foi possível verificar devido os sites estarem desatualizados ou com as abas sobre extensão em construção, não constando em nenhum outro local as informações específicas.

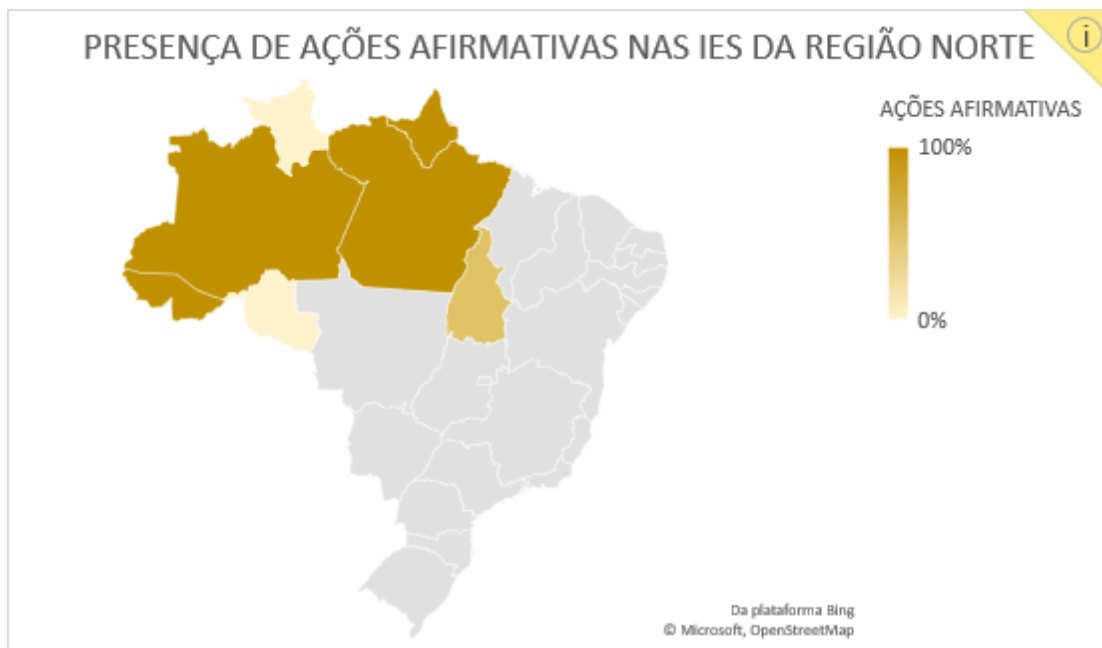
Dando sequência, na Figura 03 e Quadro 06 são apresentadas as informações sobre a presença de projetos de pesquisa voltados à Saúde da População Negra nos cursos de enfermagem. Foram encontrados quatro projetos de pesquisa entre as 12 IES pesquisadas, sendo um na UNIR Porto Velho do ano de 2023 a 2024, UEA Manaus e UEA Parintins, sendo institucional do ano de 2019 a 2010 e UERR Boa Vista do ano de 2018.

Três IES não apresentavam projetos de pesquisa voltado a Saúde da População Negra, e em 05 IES não foi possível verificar devido os sites estarem desatualizados ou com as abas

sobre Pesquisa, Grupos de Pesquisa e Projetos de Pesquisa em construção, não constando em nenhum outro local as informações específicas.

No que diz respeito a existência de projetos de apoio e permanência de estudantes negros nas instituições, observou-se uma maior quantidade no Amazonas, Amapá, Acre e Pará, como observado na Figura 04.

Figura 04 - Ações Afirmativas para permanência nas IES na região Norte. Belém, Pará, Brasil, 2023.



Na Figura 04, foram compilados dados referentes à existência de ações afirmativas nas IES pesquisadas. No que se refere às instituições federais, todas as oito (100%) apresentam ações afirmativas que visam auxiliar a permanência dos estudantes nas IES. Entretanto, é importante ressaltar uma exceção: na UNIR Porto Velho, as ações afirmativas são direcionadas ao ingresso dos estudantes quando autorizadas pela própria instituição.

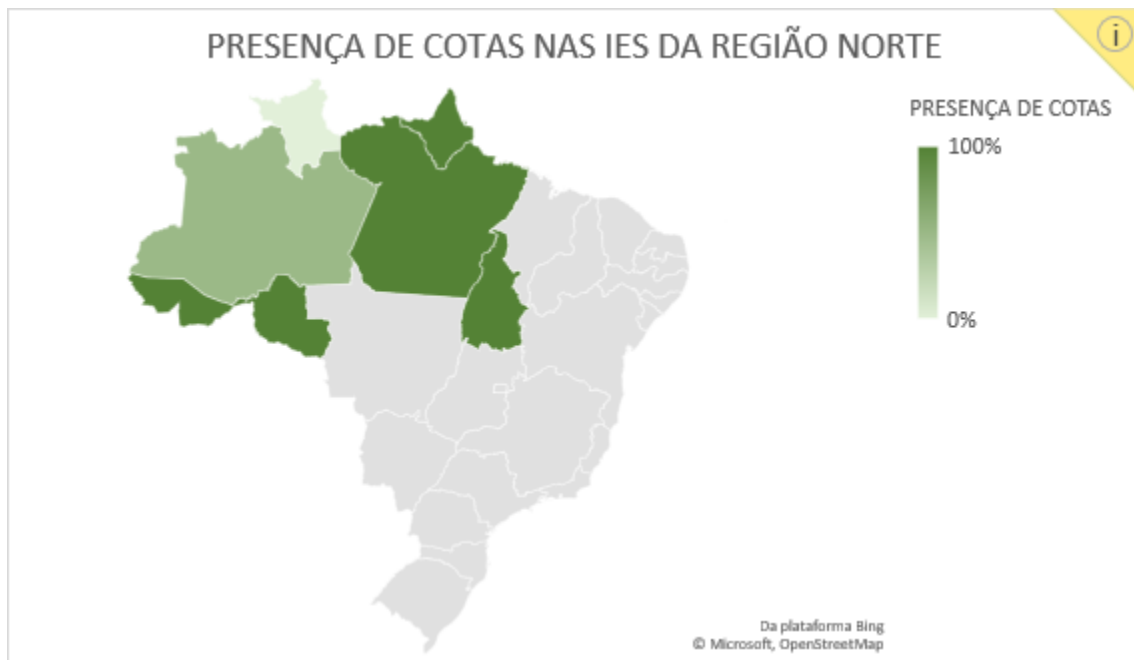
Conforme o texto:

“Outras formas de ingresso, quando autorizadas pelo Conselho Universitário, são previstas, como políticas de ações afirmativas, indígenas e afrodescendente, cujos estudantes ingressarão no curso via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)” (UNIR, 2014)

No que se refere às instituições estaduais, apenas uma (25%) apresenta políticas de ações afirmativas, sendo ela a UNITINS Augustinópolis.

Adicionalmente, na Figura 05, são apresentadas as informações sobre a oferta de cotas raciais para ingresso nas instituições. Das IES federais, todas as oito (100%) instituições contemplam a inserção da política de cotas. Da mesma forma que nas questões de ações afirmativas, a UNIR também apresenta ações afirmativas de ingresso (cotas) quando autorizadas pela instituição, conforme mencionado anteriormente com base no material presente no PPC da instituição.

Figura 05 – Presença de cotas nas IES da região Norte. Belém, Pará, Brasil, 2023.



8. DISCUSSÕES

A partir da análise dos resultados encontrados foi possível classificar os resultados em quatro categorias temáticas “Formação e Saúde na Amazônia”, “Tripé educacional e influência na formação complementar”, “Ações afirmativas e o paradigma da educação superior” e “Racismo científico e estrutural no processo educacional”, e baseado nessas categorias foi organizada a discussão dos dados obtidos.

8.1. FORMAÇÃO E SAÚDE NA AMAZÔNIA

Na primeira categoria temática, intitulada “Formação e Saúde na Amazônia”, o foco residiu no conteúdo principal dos PPC analisados, incluindo bibliografia, organização das atividades curriculares e, em resumo, a formação em enfermagem para atuação nos serviços de saúde.

Como apresentado na introdução deste estudo, é notório que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (Contínua), de 2022, realizada pelo IBGE, a população da região norte é atualmente composta majoritariamente por pessoas que se autodeclararam pretas/pardas. Este grupo representa também o maior público alvo dos cuidados em saúde. Entretanto, na formação, observou-se um significativo déficit na oferta de atividades curriculares voltadas a esse público específico. (IBGE, 2021)

Foi frequentemente observado nos PPCs atividades curriculares voltadas à população indígena, grupo originário que compõe expressivamente a população da região norte. Algumas das instituições abordavam também essas atividades de uma forma mais ampla, incluindo a população negra e quilombola, que apresentam especificidades particulares quanto aos cuidados e assistência à saúde, assim como no acesso aos sistemas de saúde, sejam eles privados ou públicos.

Diante da importância desta questão, surgiu um questionamento necessário: "Será que uma única atividade curricular de conteúdo misto sobre populações indígenas, quilombolas e negras poderia cobrir satisfatoriamente todas as especificidades ou ao menos as mínimas especificidades de cuidado e saúde dessas populações?"

Cabe ressaltar que, em relação às populações indígenas, fala-se de um grupo representado por uma quantidade populacional de 896.917 indivíduos, abrangendo cerca de 300 povos, falantes de mais de 305 línguas distribuídas em 30 famílias linguísticas, conforme dados do

Sistema de Informação à Saúde Indígena/SIASI da Secretaria Especial de Saúde Indígena e o Censo 2010 realizado pelo IBGE (IBGE, 2010; BRASIL, 2010).

Ao abordar a saúde da população quilombola, incluída na PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e pelo Programa Brasil Quilombola, enfrentam-se outras demandas de saúde e qualidade de vida deste grupo. Quanto à população quilombola, a formação aborda o acesso aos quilombos, bem como suas demandas econômicas e sociais. (BRASIL, 2017; BRASIL, 2011)

Conforme o “Manual de Doenças Mais Importantes, por Razões Étnicas, na população afro-brasileira” do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), existe uma condição genética particular nessa população que favorece a maior incidência de doenças como Anemia Falciforme, Deficiência de Glicose-6-fosfato Desidrogenase, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus e Síndromes Hipertensivas na Gravidez, oriundas de fatores genéticos. Essa condição existe, segundo o manual, pelo seguinte motivo:

O relatório final da mesa redonda sobre "A Saúde da População Negra", realizada em 1996, sob o patrocínio do Ministério da Saúde (1), refere que a população negra brasileira apresenta uma especificidade genética que a distingue da "de qualquer outra parte do mundo". Isto se deve à miscigenação, no país, de negros procedentes de diferentes regiões da África, em distintas épocas, com características culturais e genéticas próprias [...] não bastassem essas considerações sobre a miscigenação dos negros de diferentes grupos étnicos africanos, houve ainda, no Brasil, uma intensa miscigenação com a população branca, de origem portuguesa, e, em menor escala, com a população indígena nativa. (BRASIL, 2001. p. 09).

Esse processo de miscigenação gerou uma característica única de saúde pertencente à população negra no Brasil (BRASIL, 2013). Essa demanda específica de saúde é um material importante para ser abordada nos processos de formação em saúde, para garantir uma assistência de fato equânime e integral dentro dos sistemas de saúde.

De acordo com um levantamento bibliográfico elaborado por Cardoso, Melo e Freitas (2018), no período de 2014 a 2015, durante a avaliação de publicações científicas nacionais e internacionais considerando as temáticas de “Comunidades Vulneráveis”, “Saúde de Grupos com ancestrais do continente africano”, “enfermagem em saúde comunitária” e “desigualdades em saúde”, foi destacado aquilo que o Ministério da Saúde já apresentava dentro da PNSIPN e pelo relatório da Secretaria de Vigilância em Saúde: que pessoas negras morrem mais que pessoas brancas, principalmente quando se categorizam doenças geneticamente adquiridas, adquiridas por condição do meio e por evolução agravada, como a anemia falciforme, desnutrição e violências, e hipertensão, respectivamente.

Outro ponto relevante para a abordagem das questões de saúde da população negra é que esta só passou a constar enquanto fator de importância à assistência à saúde dessa população a partir da 3ª edição da PNSIPN, publicada em 2017. A violência começou a ser apresentada como fator importante na política, devido às altas taxas relacionadas à população preta/parda. Como exemplo, a taxa de homicídios apresentada na política pelos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, indicava que a taxa de homicídios de homens negros era de 36 mortes para 100 mil negros, enquanto a de não negros era de 15,2. Já em 2012, dos 56 mil brasileiros assassinados no Brasil, 30 mil eram jovens entre 19 e 29 anos, e dentre estes, 77% eram negros. (IBGE, 2011; BRASIL, 2017).

É comprovado que a violência é um fator prevalente que interfere na longevidade da vida da população negra. Assim, esse é um fator que interfere, por exemplo, na Saúde Mental dessa população (BRASIL, 2017; SANTOS, 2020). Com os recortes de informações citadas acima, que não englobam todas as questões de saúde que envolvem as populações citadas, torna-se possível compreender que a abordagem mista dos grupos dentro de uma única atividade curricular pode gerar um enorme déficit no processo de aprendizado sobre as diversas camadas do processo histórico, social e cultural de cada grupo, podendo não ser satisfatório para a formação e conhecimento dos condicionantes desses grupos populacionais. Assim, surge o questionamento: seria então importante a distinção de cada grupo em uma atividade curricular?

Há outra discussão importante que abrange esta categoria temática: a compartimentalização das atividades curriculares focadas especificamente em uma população. Elas, de certa forma, são importantes para o primeiro acesso às informações mais específicas de cada população, favorecendo o entendimento de condições preliminares que irão orientar todo o processo de assistência à saúde. Entretanto, existe o risco de perpetuar uma possível carência na formação em saúde.

Foi observado, na leitura dos materiais analisados, que nos PPCs que apresentavam alguma atividade curricular voltada a um grupo específico entre negros, quilombolas e indígenas, os conteúdos bibliográficos sobre esses grupos eram encontrados somente nas áreas destinadas a materiais de apoio dessas atividades. É importante ressaltar também que apenas um curso de enfermagem apresentava a PNSIPN dentro de seu conteúdo bibliográfico.

É perceptível, a partir da análise, que a abordagem de saúde sobre a população negra não se integra de forma interseccional às outras atividades curriculares, como, por exemplo,

atividades de cunho específico como Obstetrícia, Atenção Primária à Saúde, Centro de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência. Dado o recorte de informações citadas nesta categoria, é possível observar que as questões de saúde devem estar presentes em todas as atividades específicas abordadas nas demandas de ensino, e, quando não abordadas, podem gerar outra carência importante que pode comprometer a formação de futuros profissionais na área de saúde.

É imprescindível também lançar luz sobre os processos de formação e os materiais de formação em saúde, que, em sua esmagadora maioria, estão orientados e descritos sob um padrão específico de saúde; este padrão é cis gênero e branco.

Os comprometimentos observáveis podem ser exemplificados em estudos da área de obstetrícia, como no estudo realizado por Jacob, Santos, Lopes e Shimo (2020), realizado em uma unidade materno-fetal de atenção terciária pública, localizada em um município do nordeste brasileiro, referência no atendimento às gestantes de alto risco. Tendo como público-alvo mulheres grávidas diagnosticadas com Síndrome Hipertensiva Gestacional (SHG), foram entrevistadas 120 gestantes com SHG, analisadas por este estudo desta maternidade pública, onde um dos resultados apresenta que, com relação à cor da pele, 98 (81,6%) eram gestantes pardas ou pretas. Essa informação, sendo tratada dentro dos processos de formação em saúde, pode auxiliar a promover o cuidado em saúde e prevenir agravos durante o parto, orientando inclusive o processo de pré-natal e todo o acompanhamento do período gestacional até o pós-parto realizado pela equipe de saúde.

Compreende-se que a compartimentação em abordagens unitárias dos aspectos de saúde da população negra não é totalmente eficiente, e que é necessária uma reformulação da forma como é realizada e construída a formação em saúde, não apenas no norte do país. Tendo em vista a quantidade de materiais presentes nos PPCs, a qualidade desses materiais e a sua compartimentalização, identificam-se algumas lacunas na formação em saúde, podendo interferir na longitudinalidade da assistência.

8.2. TRIPÉ EDUCACIONAL E INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Na segunda categoria, "Tripé Educacional e Influência na Formação Complementar", pode-se identificar, a partir das análises das IES, apenas 6 projetos nos tripés que envolvem as temáticas aqui analisadas: 3 projetos de extensão e 3 projetos de pesquisa. Destes, apenas 3 tratam especificamente de aspectos relacionados à saúde da população negra e quilombola.

O tripé universitário, que envolve Ensino, Pesquisa e Extensão, é extremamente importante para o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais e de formação, aprofundamento em temáticas e ramos específicos de temáticas-chave e é um grande instrumento de melhoria na promoção e prevenção voltadas à saúde. A partir desses projetos, especificidades podem ser tratadas e descobertas, para que posteriormente possam ser incrementadas nos processos educacionais, além de oferecerem retorno para as comunidades analisadas e para além delas (PINHEIRO, 2022).

Nota-se um número tão baixo de projetos voltados à observação e cuidado à saúde de uma população que compõe majoritariamente a região Norte; podemos compreender um pouco de como o racismo institucional e científico ainda é muito forte e presente nas Instituições de Ensino Superior. O desenvolvimento de projetos voltados à população negra enfrenta dificuldades na aceitação e maiores ainda quando se pensa na adesão a esses projetos (FARIAS, 2020).

Durante dois anos, foi desenvolvido um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará, voltado ao estudo de fatores de saúde da população negra, intitulado "Mary Seacole: Estudos e Ações de Enfermagem para Saúde de Negras e Negros". O projeto trazia como nome a enfermeira negra Mary Jane Seacole, figura importantíssima durante a Guerra da Crimeia (1853 - 1856), prestando cuidados aos soldados feridos em batalha. Mary dedicou seu tempo e dinheiro a promover e suprir algumas das necessidades de saúde mais emergentes dos soldados feridos na linha de frente. Assim como Florence Nightingale, Mary revolucionou a enfermagem e os cuidados em saúde. Entretanto, sua história foi esquecida e apagada por anos, até que fosse redescoberta, e mesmo assim, muitos ainda não conhecem sua história, vida e trabalho (FARIAS, 2020).

Dentro do projeto, promoveram-se espaços de debate, leitura, rodas de conversa, eventos culturais, mesas-redondas e formação, inclusive com convite para a participação de docentes da instituição. O resultado foi o esvaziamento desses espaços, pouco apoio institucional e da comunidade acadêmica. Mas, apesar do esvaziamento, observava-se a presença majoritária de negras e negros, entre discentes e docentes.

O esvaziamento de espaços como este e a carência de projetos de extensão e pesquisas voltados à área temática demonstram muito sobre o teor institucional e científico do racismo, e

nos faz questionar: “Não há mais nada para se descobrir sobre a saúde da população negra? Uma população que só passou a ser introduzida nos estudos em saúde a partir da luta de seus membros na década de 90, está recebendo cuidados de saúde de forma equânime e integral nos sistemas de saúde?”

Quando se verifica na categoria anterior a quase inexistência de materiais de apoio, referências e atividades curriculares que tratam sobre a temática central do estudo, e analisamos as grades de projetos oferecidos por essas instituições, percebe-se como o racismo institucional se apresenta em relação à formação da base educacional, dentro dos PPCs, bibliograficamente e estruturalmente.

Pinheiro e Narciso (2022), ao tratarem sobre a importância da inserção de projetos de extensão para o desenvolvimento profissional, apresentam que “a extensão universitária é uma das ferramentas indispensáveis para a aproximação da população em geral com as universidades”. Por meio de projetos de extensão e de suas atividades de desenvolvimento, cria-se um vínculo com a comunidade e se aproxima desta para a compreensão das temáticas abordadas, por meio de atividades de educação à comunidade, ações de saúde, palestras em salas de espera de unidades de saúde e participação em eventos comunitários para a divulgação de resultados e o diálogo aberto com a comunidade. (PINHEIRO, 2022).

Quando identificados estudos que trazem abordagens sobre raça, percebe-se também a discrepância nos cuidados de saúde. É necessário que atravessem a prática de saúde os conhecimentos voltados a questão de raça/cor. Esse alinhamento é imprescindível para enfrentar o racismo interpessoal e institucional, que, mesmo com a Política Nacional de Humanização (PNH), não consegue ser suprido nos ambientes do SUS e de formação. (ANUNCIACÃO, 2022). Sendo os projetos de extensão e pesquisa as principais pontes do ambiente universitário com a comunidade e a disseminação de informação, é preocupante haver tão poucos projetos voltados à saúde da população negra. (PINHEIRO, 2022)

8.3. AÇÕES AFIRMATIVAS E O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na terceira categoria, abordou-se a temática voltada às “Ações Afirmativas e o Paradigma da Educação Superior”, onde buscamos compreender de que forma as IES conduzem a permanência desses estudantes nas instituições. Dentre as doze IES Federais e Estaduais pesquisadas, todas as Federais ofereciam tanto cotas quanto outras políticas afirmativas de permanência. Já em relação às estaduais, apenas uma IES oferecia cotas e ações

de permanência, enquanto as outras três IES não ofereciam nem cotas, nem ações de permanência.

As cotas e outras ações afirmativas de permanência são extremamente importantes para este estudo, pois a partir delas tivemos a inserção, com maior intensidade, de negras e negros nas instituições de ensino superior.

A Lei de Cotas, Lei 12.711/2012, sancionada em agosto do mesmo ano, garantiu inicialmente a reserva de 25% das vagas para os grupos aos quais a lei se refere, sendo aumentada gradativamente para que atingisse 50% das matrículas por curso e turno nas IES federais de ensino superior em até 4 anos. Destinava-se a estudantes por raça/cor e etnia, renda e estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública. Em 2016, foi adicionado também o grupo de Pessoas com Deficiência (PcD) com a Lei 13.409/2016. Esta legislação permitiu que a comunidade adentrasse os portões das IES e tivesse oportunidades de formação superior que, por diversas questões econômicas, sociais e culturais, se tornaram distantes da realidade desses grupos.

Segundo o último Censo realizado pelo IBGE (2022), mesmo sendo a maioria da população brasileira, cerca de 55,9% de autodeclarados pretos e pardos, apenas 48,3% desses ocupam vagas universitárias. Isso demonstra, apesar do exponencial crescimento, uma grande desigualdade ainda presente no acesso às IES. (IBGE, 2022)

De acordo com Silva (2020), em estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre Ações Afirmativas e População Negra na Educação Superior, destaca-se que, apesar do crescimento no acesso à educação superior, para homens negros esse crescimento se dá de forma mais lenta. Além disso, ressalta-se a necessidade de se investigar os diferenciais de conclusão dos cursos. (SILVA, 2020)

É importante também citar que, neste estudo, dividiu-se a análise de Cota e Ações de Permanência dentro das políticas afirmativas por uma questão muito importante: entrada e garantia de vaga não significam permanência nas instituições e finalização do curso. Da mesma forma, a presença de pessoas negras nas IES deveria promover a mudança curricular a fim de combater o racismo estrutural e institucional. Apesar de os dados apresentados tratarem sobre a entrada de negros e negras no ensino superior, Silva (2020) também nos alerta que ainda há uma grande margem entre a entrada e a permanência de estudantes brancos em relação à estudantes autodeclarados negros.

Por outro lado, observa-se, a partir da visualização dos componentes curriculares e projetos existentes nas instituições, que mesmo com um aumento da presença de negros no ensino superior, ainda não houve uma mudança curricular que inclua de fato essas populações de maneira cultural, econômica e social, que aborde de forma transversal e interseccional os temas e a racialização.

Diversos estudos e censos apontam os índices de acesso à educação superior por pessoas negras; entretanto, pouco se pesquisa sobre a permanência e conclusão. É observado que o número de pessoas negras que concluem os cursos de ensino superior é menor que o número de acessos às IES devido às questões socioeconômicas e culturais. Por isso, são importantes as ações afirmativas de permanência (SILVA, 2020).

Ações de permanência como Restaurantes Universitários, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Casas de Estudantes, Bolsas de Pesquisa e Extensão, entre outras, são algumas das formas de incentivar e garantir a permanência e conclusão dos cursos por pessoas negras, indígenas, quilombolas e de baixa renda. Muitos desses estudantes saem de suas cidades no interior, de quilombos e aldeias, para as cidades polos dos cursos dentro das instituições, e essas ações favorecem que possam se manter na graduação até sua conclusão (SANTOS, 2022).

A inexistência de auxílios que possam custear estadia, alimentação e compra de materiais específicos para execução de atividades finais de cursos e estágios faz com que muitos estudantes abandonem os cursos pela impossibilidade de se manter e custear suas atividades diárias de estudo e vida. Por exemplo, a Universidade Federal do Pará oferece Casa de Estudante, RU, Auxílio Permanência, Auxílio Viagem, auxílio para compra de materiais em alguns cursos com materiais específicos, além de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, dentro da graduação (SILVA, 2020; PEREIRA, 2021; BRAGA, 2022; BRASIL, 2010).

Em um estudo sobre "Racismo e participação social na universidade", realizado por VALÉRIO et al. (2021), no qual foram entrevistadas, por meio de um grupo focal, seis estudantes negras de educação superior de uma universidade em Alagoas, foram identificadas diversas demandas e dificuldades enfrentadas pelas estudantes tanto para acesso quanto para permanência na IES (VALÉRIO, 2021).

Segundo um dos pontos do estudo, as políticas de permanência estudantil funcionam como importante estratégia para diminuir a evasão estudantil da educação superior, conforme relatado pelas entrevistadas. Muitas delas vieram do interior e tiveram que deixar suas famílias

e sobreviver na cidade do campus com os auxílios que a universidade oferecia (VALÉRIO, 2021).

Para além do apoio financeiro, é necessário destacar a falta de apoio afetivo e emocional familiar que esses estudantes enfrentam devido ao afastamento de suas famílias, muitas vezes ainda muito jovens, para realizar o sonho da formação superior. Muitas vezes, são os primeiros da família a alcançar esse espaço. Todas essas questões interferem direta e indiretamente também na saúde mental desses estudantes, sendo este mais um fator que constitui uma barreira para a permanência nas IES (BRAGA, 2022; BARROS, 2021).

Ao analisar os dados relacionados às instituições estaduais, onde apenas uma das IES pesquisadas apresentava cotas e políticas de permanência, questionou-se: “Para os alunos que adentram essas instituições, quais são as taxas de desistência e abandono da educação superior? Como se manter em cursos que são muitas vezes integrais, demandam tempo e dinheiro investido, sem auxílio para se manter e ao menos alimentar-se?”

Percebe-se, nesta categoria, a necessidade e a relevância não somente das cotas, mas das políticas de permanência enquanto ações afirmativas para a continuidade de estudantes negros, de baixa renda e de populações tradicionais dentro das instituições de educação superior.

É necessário ressaltar também o fato de que, mesmo com os auxílios, existem diversas dificuldades devido aos valores não serem tão altos e não terem sofrido aumento por alguns anos em relação à inflação, limitando o poder de compra, a possibilidade de aluguel de quartos, casas ou apartamentos e, nos pontos mais básicos, limitando a mobilidade e alimentação básica para o dia a dia (BRASIL, 2010; SANTOS, 2022).

Todos esses fatores reforçam as fragilidades existentes apesar do apoio apresentado pelas políticas e demonstram o quanto é importante lutar pela manutenção dessas políticas, pela proteção contra desmontes e pelo investimento, para assim fortalecer ainda mais as políticas de ações afirmativas como propulsores da formação de negras e negros, e todas as populações que necessitam desses auxílios.

8.4. RACISMO CIENTÍFICO E ESTRUTURAL NO PROCESSO EDUCACIONAL

Em relação à quarta e última categoria da análise dos resultados, há necessidade de falar sobre a eugenia no Brasil, que articulou ciências, política e raça, não somente no Brasil, mas tratando sobre os ideais de seleção natural aplicadas à sociedade, de pureza racial, de gênero e intelectualidade.

Neste processo, a teoria eugenista promoveu um processo de segregação racial, observável até os dias atuais. Essa segregação também se articulava nas produções científicas, culturais, religiosas e econômicas. Envolvia-se até mesmo em questões reprodutivas, com políticas voltadas à miscigenação como forma de branqueamento populacional. Essa miscigenação, já tratada neste estudo, é vista como um processo de abuso e estupro de mulheres negras e indígenas escravizadas por seus escravizadores brancos, traçando assim um processo de “desmelanização” da população, visando a uma industrialização e higienização da população brasileira (CONT, 2008).

No meio científico, a segregação se expressava no apagamento de produções sobre raça e de pessoas negras e indígenas, criando barreiras de acesso à educação, saúde e economia, invisibilizando e desumanizando corpos negros e indígenas (SOUZA, 2022).

Intelectuais, médicos, doutores e escritores da época, que aderiram ao processo eugenista e sanitaria, criaram uma estrutura baseada na teoria de Francis Galton. Ela abrangia a ideia de superioridade e degeneração racial, e compartilhavam a visão de que isso ocorria devido às péssimas condições de saúde e à miséria em que viviam as populações não eugênicas (SOUZA, 2022).

Enquanto estrutura racial, o racismo se revelou também por meio das estruturas eugenistas, como um contexto comum e cultural da sociedade. Vygotsky já explicava, em sua teoria histórico-social, que o processo de maturação social e a construção e evolução humana partem da comunidade na qual o indivíduo está inserido. Seus conhecimentos, ideologias e entendimentos científicos, sociais, culturais e econômicos se desenvolvem a partir de como sua comunidade o orienta.

No tocante à teoria histórico-social sob a análise da eugenia e do racismo estrutural, e quando associada aos dias atuais, é possível contemplar a segregação que ainda vivemos, estruturada no entendimento cultural dos resquícios da eugenia nas instituições de ensino e na sociedade como um todo.

É observável na forma como a população negra é abordada nas escolas, dentro das grades curriculares, e na forma como a mídia trata e retrata a população negra, no encarceramento, nas decisões judiciais diferenciadas entre negros e brancos,

independentemente do tipo de crime, nas abordagens policiais de “rotina”, na perseguição dentro de supermercados, e até mesmo no questionamento de ter ou não “perfil de estudante” (HILÁRIO, 2019; SOUZA, 2022).

O questionamento por segurança sobre minha entradas nas instituições tem sido apontada quando da classificação como não ter “perfil de estudante”, em uma universidade federal, onde a entrada e circulação são permitidas a todos nos horários de funcionamento, devido aos serviços que a própria instituição oferece, sendo necessário, por vezes, a comprovação com a carteira de estudante (HILÁRIO, 2019; SOUZA, 2022).

Dentro da análise do racismo científico e estrutural na educação, encontramos diversos ramos dentro das instituições que nos revelam outras práticas ligadas a essa estrutura, como o racismo linguístico, o racismo cultural e o racismo recreativo, que não se restringem somente aos discentes, mas também aos docentes e às práticas institucionais, a partir das condutas tomadas pelas instituições (VALÉRIO, 2021).

Cabe-nos questionar, neste ponto do estudo, que utilizou-se como premissa os conceitos de uma educação libertadora, baseando-nos nas teorias educacionais de Paulo Freire. Mas, reflitamos: estão nossos docentes e nossas instituições realmente preparados para uma educação libertadora? Estão eles livres do racismo estrutural que os cerca? Estão distantes das práticas eugenistas que afirmamos não fazerem mais parte da nossa cultura e formação? A resposta é: não! E podemos observar isso nos resultados encontrados neste estudo.

Instituições que não compreendem a importância das cotas, das ações afirmativas e de sua implementação; que não investem nem incentivam projetos de pesquisa e extensão voltados à saúde de minorias com direitos reduzidos e populações vulneráveis; que não abordam em suas atividades curriculares a saúde das populações vulneráveis ou, quando o fazem, o fazem de forma superficial ou como currículo opcional; que não incluem em suas bases educacionais bibliográficas autores negros e que abordem as temáticas nos diversos campos de atenção à saúde; que não investem em formação complementar e continuada de docentes para promover, dentro das instituições, um ambiente mais equitativo e menos elitista, entre outros achados. (SANTOS, 2020).

Ainda há condições que pautam, dentro das IES, preceitos racistas e higienistas que promovem o apagamento histórico de grupos vulneráveis, mesmo quando nos encontramos

desenvolvendo pesquisa e ensino numa das regiões que mais concentram a presença destes grupos. (HILÁRIO, 2019)

Quando uma pesquisa voltada à saúde questiona se um dos preceitos do Sistema Único de Saúde — a equidade e integralidade da assistência — está sendo seguido, questiona-se: estão as instituições formando profissionais preparados para compreender e assistir aos usuários com equidade e integralidade, ou estão essas instituições perpetuando uma educação elitista, cis heteronormativa, padronizada, classista e branca?

Bell Hooks, ao tratar sobre uma educação que transgride, nos traz o diálogo como fator essencial para promover a educação como prática de liberdade, reconhecendo as diferenças, os déficits na formação e as desigualdades existentes, não somente dentro do ambiente acadêmico. Quantos discentes muitas vezes não compreendem que o tempo para cada indivíduo e o processo de aprendizado e formação são diferentes, devido a todo o contexto histórico e social que envolve o caminho do discente até a educação superior? (HOOKS, 2017)

Ao abordar a raça nesta pesquisa, não se pode deixar de considerar outras vulnerabilidades relacionadas, pois é importante discutir também sobre a interseccionalidade e como diversas vulnerabilidades podem atravessar um único indivíduo, tornando o aprendizado um processo mais árduo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir do estudo, pode-se perceber que ainda há um caminho longo a ser percorrido para equiparar a formação em educação em saúde às necessidades de grupos populacionais, como os da raça negra e povos originários. A escassez de referências bibliográficas, bem como de projetos de pesquisa e extensão, nos reforça a necessidade que ainda temos de desenvolver estratégias para promover saúde com equidade.

Mesmo com a presença de atividades curriculares nos Projetos Pedagógicos de Curso, ainda se constata que o tratamento da saúde da população negra não ocorre de forma transversal, abrangendo as diferentes áreas de atuação e de desenvolvimento humano. Em muitos casos, essas atividades curriculares, em uma única inserção, tentam abordar 3 ou mais diferentes grupos étnicos e comunitários. Percebemos, assim, que essas atividades podem estar sendo tratadas de forma superficial, devido à pluralidade de culturas, cuidados e vivências em saúde.

A existência de projetos de extensão e de pesquisa que enfocam, de certa forma, a saúde da população negra demonstra que há esforços para se equiparar os cuidados em saúde. Entretanto, dado os resultados apresentados, percebe-se que ainda existem grandes barreiras para a criação, manutenção e continuidade de projetos, os quais são partes importantes no processo de compartilhamento de informação com a comunidade.

É evidente, a partir dos resultados obtidos na análise dos dados, que ainda há um enorme déficit na formação em saúde da população negra em todo o tripé universitário, especialmente em regiões majoritariamente compostas pela população negra e populações tradicionais. Apesar do aumento da presença de pessoas negras nas universidades, constata-se que ainda não há uma inclusão efetiva dessa comunidade na formação e em outros aspectos relevantes. Isso deveria refletir a importância dessa comunidade no processo de formação e educação.

Este estudo contribui para uma reflexão por parte tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade sobre como estamos tratando a saúde da população negra, oferecendo uma base para discussão dos PPCs, sua revisão e aprimoramento. Além disso, proporciona subsídios para o desenvolvimento de atividades em sala de aula e na comunidade, pensando na inclusão como forma de desenvolver uma educação verdadeiramente transformadora, gerando resultados diretos na comunidade negra e fortalecendo políticas já existentes para essa população.

Destaca a necessidade de incluir e expandir conteúdos relacionados à saúde da população negra, nos currículos de cursos da área da saúde, contribuindo para aumentar a conscientização sobre as disparidades raciais na saúde e a necessidade de formação continuada dos professores, assim como auxilia na criação ou no aprimoramento de diretrizes que assegurem a inclusão e o tratamento adequado da saúde da população negra.

Observando esses pontos, nota-se que é necessário tratar a racialização na saúde de forma interseccional, considerando as experiências dos corpos negros em todas as áreas do

cuidado, e abrindo diálogos sobre conceitos de um padrão racial único. Assim, evita-se a precarização da formação e o risco de não se compreenderem comportamentos de saúde e cuidados também fundamentados na culturalidade.

Portanto, o estudo também indica caminhos para a atualização de manuais e políticas a fim de promover, de forma mais aprofundada, as orientações de cuidados à saúde dos grupos populacionais específicos e para o desenvolvimento de práticas de saúde inclusivas, plurais e efetivas, levando em conta as especificidades de cada indivíduo.

Nestes termos, indica-se que é necessário analisar os Projetos Pedagógicos de Curso para verificar como e em que medida as questões étnico-raciais estão sendo incluídas. Isso envolve identificar disciplinas específicas, módulos ou tópicos dentro de disciplinas que abordam diretamente tais questões.

Assim como realizar um levantamento bibliográfico e de projetos de pesquisa e extensão para avaliar o volume e a qualidade das referências e dos trabalhos desenvolvidos sobre saúde dessas populações. Incluir a análise de teses, dissertações, artigos científicos, e relatórios de projetos de extensão e Investigar metodologias, abordagens didáticas e a profundidade com que os docentes tratam a saúde da população negra nos cursos. Isso pode incluir entrevistas com professores, análises de planos de aula e feedback de alunos sobre a eficácia e profundidade do tratamento dessas questões nas aulas.

Essas ações ajudarão a mapear o estado atual da inclusão de questões de saúde relacionadas à população negra, quilombola e indígena na formação acadêmica, identificando lacunas e potenciais áreas para desenvolvimento e aprimoramento.

Ainda estamos longe do que é necessário para oferecer de fato uma educação equânime e que englobe e insira toda a população como em cada uma de suas especificidades, mas estamos caminhando a esse novo momento da educação.

REFERÊNCIAS:

_____. Mapa do Ensino Superior no Brasil. Instituto SEMESP. 13^o. Ed. 2023. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>>.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação Djamila Ribeiro). ISBN: 978-85-98349-74-9.

ANDRIOLA, W. B.; BARROZO FILHO, J. L. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 25, n. 3, p. 594–621, set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300005>

ANUNCIACÃO, D. et al. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3861–3870, 2022. <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/?format=pdf&lang=pt>

ANUNCIACÃO, D. et al. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3861–3870, out. 2022. <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/#>

ARAÚJO, M. V. R. DE. TEIXEIRA, C. F. DE S. Concepções de saúde e atuação do Movimento Negro no Brasil em torno de uma política de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 4, p. e220246pt, 2022. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bfwK5pSztfmYp7j9GcXgz6d/?format=pdf&lang=pt>

ARAÚJO, Renato Sarriddine. Uma Lei Contra o Crime Escravista e o Mal-Estar da Abolição. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2020, v. 40, n. spe [acessado 12 de abril 2022], e230121. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003230121>>. Epub 15 Mar 2021. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230121>.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, A.; BERNARDINO-COSTA, J. Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830401, 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0401>

BRASIL. **Constituição (1891)**. Lex: **Constituição** dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de **1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 53. ed., 1. reimpr. - Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. Decreto n. 4.886, de 20 de novembro de 2003. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, DF. 2003.

BRASIL. Decreto n.º 7234 de 19 de julho de 2010. Casa Civil. Presidência da República. 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

BRASIL. Lei 12.711/2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BRASIL. Lei 13.409/2016. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13409&ano=2016&ato=dc0kXUE90dZpWT26c>>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BRASIL. Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Presidência da República. Secretaria Geral da União. 2017.

BRASIL. Lei Imperial n.º 3.353, de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: **Paço do Senado**. Escravidão, Brasil, 1888.

BRASIL. Lei n. 10.678, de 23 de maio de 2003. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, DF. 2003.

BRASIL. Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente. Ministério da Saúde, Secretária de Políticas de Saúde. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2001. 78 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 123). ISBN 85-334-0407-7

BRASIL. O Sistema Público de Saúde Brasileiro. Ministério da Saúde. 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicações/sistema_saude.pdf>.

BRASIL. Política Nacional de Promoção da Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60p. ISBN 978-85-334-1639-0

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Ministério da Saúde. Secretária de Gestão Estratégica e Participativa. **Departamento de Apoio à Gestão Participativa**. – 2. Ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. p. 10. 36 p. ISBN 978-85-334-1968-1

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio

à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p. ISBN 978-85-334-2515-6

BRASIL. Portaria n.º 2.866 de 2 de dezembro de 2011. Política de Saúde das Populações do Campo e da Floresta. Ministério da Saúde. 1 ed. 2011

CARDOSO, C. S.; DE MELO, L. O.; FREITAS, D. A. Condições de saúde nas comunidades quilombolas. **Revista de enfermagem UFPE on-line**, v. 12, n. 4, p. 1037, 2018.

CARMICHAEL, S. HAMILTON, C. Black power: the politics of liberation in America / Stokely Carmichael & Charles V. Hamilton. p. cm. originally published: New York: Random House, © 1967. ISBN: 978-0-307-79527-4

CARVALHO, J. J. DE. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830402, 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402>

CASTRO, J. N. R. DA S. DE. et al. Mapping the inclusion of affirmative policies in postgraduate nursing courses. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 57, p. e20230087, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0087pt>

DANTAS, Marianny Nayara Paiva. Iniquidades nos serviços de saúde brasileiros: uma análise do acesso e da discriminação racial a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 2013. 2019. 71f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27298>

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Sci. Stud.** São Paulo, v. 6, n.2, p. 201-218, junho de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>

EUGENIO, Alisson. Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. **Varia hist.** Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 227-244, junho de 2009. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

FARIAS, I. S. C. *et all.* A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS SOBRE SAÚDE NEGRA NAS UNIVERSIDADES COMO FORMA DE EMPODERAMENTO E COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL. 2020. ISBN 978-65-86090-85-7

<https://www.even3.com.br/anais/15cbeen/219057-a-importancia-de-projetos-sobre-saude-negra-nas-universidades-como-forma-de-empoderamento-e-combate-ao-racismo-in/>

GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional. Porto Alegre, Ed. Artmed, 4ª edição. 2000, 375 p.

HILÁRIO, K. S. G. Eugenia: influências e práticas na sociedade brasileira. TCC. 2019. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26931>

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. IBGE, Diretoria de Estudos e Pesquisa. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 48. 2ª ed. 2023. ISBN 978-85-240-4547-9

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022): Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022. IBGE, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2023. ISBN 978-85-240-4569-1

JACOB, L. M. DA S. *et al.* Socioeconomic, demographic and obstetric profile of pregnant women with Hypertensive Syndrome in a public maternity. **Revista gaúcha de enfermagem**, v. 41, 2020.

LODUVICO, G. DE O. *et al.* Racismo institucional: percepção sobre a discriminação racial nos serviços de saúde / Institutional racism: perception about racial discrimination in health services. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v. 66, n. 1u, p. 1, 2021. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2021.66.008>

LOPES, F. De Volta aos Primórdios: em defesa do SUS como uma política antirracista. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, p. 9–19, 2021.

LOPES, Maria Auxiliadora. BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Acesso e Permanência da população negra no ensino superior. Organização. – Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007.358 p. (Coleção Educação para Todos; v. 30) ISBN 978-85-60731-06-0.

LÖW, L.; OGUISSO, T. **Mary Seacole e Maria Soldado: enfermeiras negras que fizeram história** *Maria Seacole y María Soldado: enfermeras negras que hicieron historia* **Mary Seacole and Mary Soldier: black nurses who made history.** , [s.d.]. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/36985/1/Cult_Cuid_38_09.pdf

MARQUES FILHO, E. C.; POSSEBON, A. Contribuições do Pensamento de Vygotsky para uma Educação Transformadora. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e116925, 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-6236116925vs01>

Marques, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2018, v. 23 [Acessado 16 maio 2022], e230098. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>>. Epub 03 Dez 2018. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>.

MINAYO, Maria Cecilia de S. e Sanches, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 1993, v. 9, n. 3 [Acessado 10 maio 2023], pp. 237-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>>. Epub 16 set 2004. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. 3. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. A herança africana e a construção do Estado brasileiro. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2021, n. 141 [Acessado 16 março 2022], pp. 204-223. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.246>> Epub 04 jun 2021. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.246>.

OLIVEIRA, Rafael Domingos. *A NAÇÃO CONTRADITADA: AUTOBIOGRAFIAS DE ESCRAVIZADOS E O ABOLICIONISMO NOS ESTADOS UNIDOS (SÉCULO XIX)*. *Almanack* [online]. 2021, n. 27 [Acessado 15 maio 2022], e1419. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463327ea01419>>. Epub 12 Mar 2021. ISSN 2236-4633. <https://doi.org/10.1590/2236-463327ea01419>.

PACHECO, C. M. F. *Origens E Transformações Da Escravidão Na África: Como O Negro Foi Transformado Em Sinônimo De Escravo.* Curitiba, 2008. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf> acesso em: 15 de maio de 2022.

PEDERIVA, A. M.; MATTA, A. A. DA .; LOVATO, A. S.. Contribuições de Vygotsky para Pensar uma Educação Intercultural. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e116915, 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-6236116915vs01>

PEREIRA, R. C. **Políticas Afirmativas E De Ingressos De Assentados No Âmbito Do Ensino Superior Público: Análise Dos Processos Seletivos Especiais Da UFPA.** - REEDUC. UEG. v. 7. n. 1. jan/abr. 2021. ISSN: 2675-4681. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/download/11303/8110/>>. Acesso em 09 de jul de 2023

PINHEIRO, J. V.; SILVA NARCISO, C. A Importância Da Inserção De Atividades De Extensão Universitária Para O Desenvolvimento Profissional. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 14, n. 2, 2022. <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993>

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação.* 25. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Educação e Conhecimento). CDD-370.15

SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob regime da escravidão.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, **Serv. de publicações.** Univ. Federal do Pará, 1971. 336 p.

SANTOS, C. C. C. *Racismo Institucional: Do Ensino Superior aos Serviços de Saúde.* Dissertação. Lisboa. 2022.

SANTOS, G. C. et al. Saúde mental da população negra: relato de uma relação terapêutica entre sujeitos marcados pelo racismo. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 19, n. nspe, 2020. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v19nspe/v19nspea12.pdf>

SANTOS, J. S. et al. POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Novos Olhares Sociais**, v. 5, n. 1, p. 229–255, 2022. <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/640>

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Machado de Assis e Silvio Romero: escravidão, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). *Almanack* [online]. 2018, n. 18 [Acessado 12 abril 2022], pp. 451-488. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320181810>>. Epub Jan-Apr 2018. ISSN 2236-4633. <https://doi.org/10.1590/2236-463320181810>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007

SICARI, A. A. ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Out/dez. 2018, v. 38, n.º 4, 662-679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

SILVA, T. D. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. 2020. Acesso 09 Jul 2023 <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10102>

SOUSA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. – Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v. 4.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo mudou o Brasil*. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. 304p.; ISBN 978-65-5733-010-4.

SOUZA, V. S. DE. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista brasileira de história**, v. 42, n. 89, p. 93–115, 2022. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/>

TEIXEIRA, S. R. DOS S.. A Educação em Vygotsky: prática e caminho para a liberdade. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e116921, 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-6236116921vs01>

VALÉRIO, A. C. DE O. et al. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). *Varia História* [online]. 2017, v. 33, n. 61 [Acessado 16 março 2022], pp. 79-107. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>>.

ISSN

1982-4343.

<https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – UFPA

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE SAÚDE DA
POPULAÇÃO NEGRA NA GRADE CURRICULAR

Objetivo: Identificar no Projeto Pedagógico de Curso e na tríade ensino, pesquisa e extensão materiais que abordem saúde da população negra, autores negros, e políticas de saúde que abordem essa população.

Universidade: _____

Estado: _____ Cidade: _____

Data da identificação: ____/____/____

Semestres: _____

Tipo de acesso ao documento:

Público Privado

Tipo de Documento:

PPC Site da Faculdade Pagina de Rede Social Edital Comunicado
 Nota Pública

A PNSIPN está presente na bibliografia apresentada no PPC do curso em questão?

SIM NÃO

Há alguma atividade curricular voltada a saúde da população Negra, população Quilombola, população Tradicional ou povos originários?

SIM NÃO

Há conteúdo bibliográfico sobre saúde da população negra, quilombola, tradicional ou originária no currículo do curso?

SIM NÃO

Há projetos de Extensão voltados a saúde da população negra?

SIM NÃO

Há projetos de Pesquisa voltadas a saúde da população negra?

SIM NÃO

Há projetos de apoio e permanência de estudantes negros na instituição?

Sim Não

Há políticas de cotas implementadas na instituição?

Sim Não